

REVISTA

# FACTO

**ABIFINA** 

PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA  
DAS INDÚSTRIAS DE QUÍMICA FINA,  
BIOTECNOLOGIA E SUAS ESPECIALIDADES

JAN-FEV-MAR 2017 • NÚMERO 51 • ANO XI

ISSN 2526-1177

## POLÍTICA INDUSTRIAL: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

12



ARTIGO

14



ENTREVISTA

17



ARTIGO



**BLANVER**

## HÁ MAIS DE 30 ANOS TRABALHANDO COM PAIXÃO E COMPROMISSO COM A QUALIDADE

Somos uma empresa multinacional brasileira que desenvolve, fabrica e comercializa excipientes, IFAs e medicamentos com qualidade e competitividade para a saúde e o bem estar das pessoas.

- ▶ **Excipientes**
- ▶ **IFAs**
- ▶ **Medicamentos**

Visite nosso website e  
conheça mais sobre nós!

[www.blanver.com.br](http://www.blanver.com.br)

 **FCE  
PHARMA**

Visite-nos no estande  
701 na FCE Pharma.

## //Corpo Dirigente

### ▼ Conselho Administrativo

#### Presidente

Ogari de Castro Pacheco

#### Vice-presidentes

1º Vice-Presidente: Nelson Brasil de Oliveira

2º Vice-Presidente: Reinaldo Felipe Nery Guimarães

Vice-Presidente de Planejamento: Jean Daniel Peter

Vice-Presidente Farmacêutico: Dante Alario Junior

Vice-Presidente de Biodiversidade: Peter Martin Andersen

Vice-Presidente Farmoquímico: Nicolau Pires Lages

Vice-Presidente da Cadeia Química: Lélío Augusto Maçaira

Vice-Presidente de Biotecnologia - Akira Homma

Vice-Presidente Agroquímico - João Sereno Lammel

#### Diretores

Diretor de Relações Intitucionais - Odilon José da Costa Filho

Diretora de Propriedade Intelectual - Leticia Khater Covesi

Diretor de Biotecnologia - Gilberto Hauagen Soares

Diretora do Regulatório Farmo - Gabriela Corrêa Miotto

Diretora do Regulatório Agro - Thais Balbao Clemente Bueno

de Oliveira

Diretora para Assuntos da Biodiversidade - Cristina Dislich Ropke

### ▼ Conselho Geral

Artur Roberto Couto

Hayne Felipe da Silva

César Martins Fraga

Ronald Lamounier Rubinstein

Sérgio José Frangioni

Walker Lahmann

### ▼ Conselho Fiscal

Juliana De Carvalho Assis

Milton César Olympio

Renato Maziero

### ▼ Conselho Consultivo

Alberto Ramy Mansur

Alicebiades de Mendonça Athayde Júnior

Antônio Joaquim Werneck de Castro

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira

Fernando Adolpho Ribeiro Sandroni

Luiz Carlos Borgonovi

Marcelo Rodolfo Hahn

Marcos Henrique de Castro Oliveira

Pedro Wngtschowski

Poliana Emília Botelho Silva

Telma Christina Santos Salles

## //Expediente

Coordenação Geral: Cláudia Craveiro

claudia.craveiro@abifina.org.br

Matéria Política: Inês Accioly

Revisão Geral: ABIFINA

Assistente de Produção: Luciana Bitencourt e Lucielen Menezes

Projeto Gráfico e Finalização Digital: Luciana Costa Leite

Impressão: WalPrint Gráfica e Editora

ISSN 2526-1177

Os artigos assinados e as entrevistas são de responsabilidade do autor e não expressam necessariamente a posição da ABIFINA. A entidade deseja estimular o debate sobre temas de relevante interesse nacional, e, nesse sentido, dispõe-se a publicar o contraditório a qualquer matéria apresentada em seu informativo.

**ABIFINA - Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades**

Av. Churchill, 129 / Grupo 1102 e 1201 • Centro

CEP 20020-050 • Rio de Janeiro • RJ

Central Telefônica: Tel: (21) 3125-1400 • Fax: (21) 3125-1413

www.abifina.org.br

12

### Artigo

José Gomes Temporão: História e desafios da política de incentivo ao complexo industrial da saúde



17

### Artigo

Martim Francisco de Oliveira e Silva: Perspectivas da indústria de defensivos agrícolas nacional



14

### Entrevista

Marcos Pereira: Ministério da Indústria foca em programas transversais e acordos de compras públicas



### Matéria Política

Política industrial: perspectivas e desafios

20



## //Sumário

### Artigo

Reinaldo Guimarães: As compras governamentais e as cabeças trocadas ..... 06

### Matéria Cristália

Em 45 anos, Cristália construiu um legado de inovações ..... 09

### Artigo

Sérgio Frangioni: Desafios para tornar a indústria nacional competitiva no mundo ..... 26

### Artigo

Roberto Nicolsky: OMC, incentivos e desenvolvimento tecnológico ..... 29

### Matéria Ourofino

Empresa aposta em parcerias e investimentos para ganhar novos mercados ..... 32

## //Seções

Editorial ..... 04

Painel do Associado ..... 30

ABIFINA em Ação ..... 34

## PROJETO DE ESTADO DE LONGO PRAZO: ÚNICA SAÍDA DA CRISE

Nelson Brasil de Oliveira | 1º vice-presidente da ABIFINA

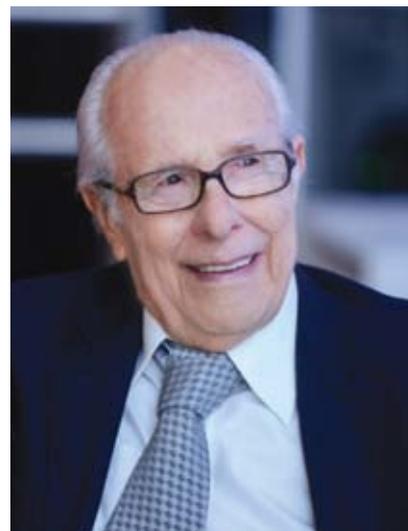


Foto: André Telles

A crise financeira internacional dos anos 2007-2009 resultou da desregulação do sistema financeiro ocorrida nos anos 90 do século passado e se mantém forte e ativa até os dias atuais, especialmente no Brasil, por termos aceitado sem quaisquer restrições os princípios definidos pelo Consenso de Washington em 1989, que impôs poder divino ao “Deus Mercado” – ente que se autorregularia e deveria possuir a mais completa liberdade de ação.

A crise financeira internacional foi aprofundada no Brasil a partir do ano 2010 por gestões administrativas com visões de curto prazo, que privilegiavam ações pontuais – muitas vezes contraditórias e alteradas no curso de sua execução, sem considerar o cenário global e o tempo requerido para sua maturação.

O governo atual pretende instituir um ajuste fiscal, financeiro e institucional visando a reduzir a inflação e a taxa de juros, mantendo livre a taxa de câmbio e pretendendo, nesse contexto, que surjam os investimentos privados para acabar com o sufocante nível de desemprego no Brasil. Em um país que planeja e age visando somente ao curto prazo, alterando regras governamentais da noite para o dia – criando assim uma insegurança institucional permanente –, será possível o retorno dos investimentos privados, sabido que somente se obtém retorno no longo prazo? Não cremos que isso venha a acontecer.

O Brasil já foi proclamado o “País do futuro” devido à diversidade e riqueza de seus recursos naturais: a maior biodiversidade do planeta; grande disponibilidade de minérios como ferro, manganês, bauxita, urânio e terras raras; clima tropical; terras férteis e abundantes para a agricultura e a pecuária; e as maiores reservas de água doce do mundo (12% do total), cobrindo 90% do território nacional. Tudo isso somado à ausência de problemas religiosos ou relacionados a

etnias populacionais. E também deve ser destacado que, em comparação com os países que dispõem de extensas áreas territoriais, o Brasil é aquele que apresenta a mais favorável relação homem/área territorial.

Contando com esse patrimônio territorial e populacional, por que o Brasil não aparece na relação das nações mais desenvolvidas do planeta? Essa questão tem sido tema de inúmeras análises divulgadas ao longo do tempo por formadores de opinião, mas em nosso entendimento o ponto focal a ser tratado com urgência e prioridade é apenas um: a carência de um Projeto de Estado a ser definido e mantido ao longo do tempo em sucessivos mandatos governamentais, expressando ações a serem desenvolvidas e contendo metas a serem alcançadas dentro de cronogramas pré-estabelecidos.

É pressuposto fundamental para o sucesso desse Projeto de Estado que ele seja construído por consenso em organizações privadas que não tenham caráter político-partidário e que sejam representativas da base populacional. E depois aprovado por um Congresso Nacional que realmente esteja disposto a criar uma verdadeira Nação Soberana, e não o que se vê até agora – um Parlamento que trata apenas de temas paroquiais ou até mesmo de cunho pessoal, cuja legitimidade vem sendo contestada pelo Ministério Público.

E – mais importante ainda – as ações definidas por esse Projeto de Estado devem ser conduzidas de forma harmoniosa por todas as agências públicas, federais ou regionais (estaduais e municipais), sem a enorme burocracia vigente em nosso País. Apenas para ilustrar, destacamos as “licenças de autorizações” para o setor produtivo operar, partidas de inúmeros órgãos públicos para as mais variadas atividades e que são conduzidas de forma desordenada e extremamente lenta, senão contraditória, além de atrasar investimentos e elevar custos para as empresas nacionais, assim causando-lhes a

ineficiência que afeta sua competitividade internacional, obviamente prejudicando o Brasil. Por que não centralizarmos as “distintas” ações dos ministérios ou agências em órgãos específicos interministeriais para o trato de cada tema, coordenando as ações requeridas pelos demais órgãos públicos?

Talvez o fato de termos sido tão bem aquinhoados com tantos dotes pela natureza, inclusive sem termos tido a necessidade de enfrentar lutas pela nossa independência política e econômica, tenha gerado uma acomodação da população – de origem majoritariamente ibérica –, ao se contentar com o que lhe é concedido pela natureza, sem ter tido a necessidade de lutar contra inclemências decorrentes de terremotos, tsunamis ou invasões por estrangeiros.

Os Estados Unidos construíram sua independência política e econômica da Inglaterra no final do século XVIII, após uma guerra civil contra os colonizadores ingleses das 13 colônias localizadas naquele território. Sob o comando de George Washington, a união das 13 ex-colônias construiu uma nova nação denominada Estados Unidos da América do Norte. Alexander Hamilton, assessor econômico e financeiro de George Washington, definiu e conseguiu implantar um Projeto de Estado de longo prazo naquela Nação, priorizando a industrialização local. Assim começou a surgir a Nação mais desenvolvida do mundo nos dias atuais.

Enquanto no início do século XIX Alexander Hamilton aprovava no Congresso norte-americano seu famoso Relatório sobre Manufaturas – verdadeiro Projeto de Estado baseado na industrialização local –, no Brasil vigia o Alvará de D. Maria I de Portugal, que proibia o desenvolvimento de fábricas e manufaturas no Brasil. Os Estados Unidos e o Brasil não eram economias muito distintas no início do século XIX, mas a partir daí distanciaram-se enormemente.

A independência do Brasil, proclamada em 1822, e posteriormente a instituição da República, em 1889, resultaram apenas na troca do poder monárquico por uma elite republicana regional, situação que foi alterada a partir da revolução de 1930, com a Nova República surgida no período Vargas. A despeito dos males decorrentes da ditadura imposta por Vargas ao País até 1945, pela primeira vez foi realmente implantado um Projeto de Estado expresso em política industrial, inicialmente criando a siderurgia nacional, como preconizava Simonsen – contrariando Gudín, que afirmava que o Brasil deveria ser mantido como um “país essencialmente agrícola”.

Como presidente da República eleito nos anos 1950, contrariando fortes interesses externos, Vargas criou a Petrobras sob o modelo de “empresa pública”, arranjo institucional imaginado por Leopoldo Miguez de Mello no CNP – uma forma jurídica não existente em nosso marco legal naquela época. Dentro dessa concepção de empresa pública, em 3 de outubro de 1953, Vargas criou a Petrobras, na forma de empresa de propriedade e controle totalmente nacionais, com

participação majoritária da União, encarregada de explorar em caráter monopolista, diretamente ou por suas subsidiárias, todas as etapas da indústria petrolífera.

Nesse cenário, cabe uma referência especial ao general Ernesto Geisel. Na época da ditadura militar – por mais restrições que se possam fazer ao regime então vigente –, como presidente da Petrobras e do Brasil nos anos 70 e como presidente da Norquisa (empresa subsidiária da Petrobras) nos anos 80, Geisel conduziu políticas industriais visando à fabricação local de produtos que eram importados para atender ao mercado nacional, na forma da visão cepalina vigente na época, segundo a qual o desenvolvimento sustentável da região ocorreria quando os países buscassem atender a seus mercados finais fechados com produtos fabricados internamente, a partir das matérias-primas locais, em vez de importar produtos prontos.

A partir dos anos 90, o Brasil aderiu integralmente à tese de que o Estado indutor do desenvolvimento estaria fadado à extinção. A tese do “Deus Mercado” passou a vigorar, enfaticamente definida por um economista brasileiro neoliberal: “a melhor política industrial é não ter política industrial”. Somente a partir de 2004 políticas públicas visando à industrialização do País voltaram a ser implantadas com a aprovação da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, com quatro setores estratégicos para o desenvolvimento (software, semicondutores, bens de capital e fármacos/medicamentos) e três atividades portadoras de futuro (biotecnologia, nanotecnologia e energias renováveis).

No entanto, por não termos construído um Projeto de Estado de longo prazo de duração, que expressasse uma verdadeira e permanente vontade nacional, essa política industrial não resistiu ao novo choque decorrente da crise financeira internacional de 2009, passando-se a adotar no País medidas aleatórias para tentar resolver situações distintas, sem um verdadeiro planejamento central, contendo metas e cronogramas de ações.

A construção de um Projeto de Estado visando ao desenvolvimento econômico e social do País não pode coexistir com a fragmentação política resultante da simples disputa partidária do poder pelo poder, como infelizmente se verifica hoje. Desse fato resulta o caos político-econômico-administrativo que não transmite confiança ao empresário, estrangeiro ou nacional. Isso reforça o sucateamento da indústria e a paralisação de segmentos importantes da economia, aprofundando a recessão, não permitindo prever-se quando terminará.

Oxalá que o ajuste fiscal e financeiro em andamento resulte em uma nova visão de Projeto de Estado de longo prazo, com instituições e marcos regulatórios estáveis, permitindo assim que sejam retomados a confiança e o otimismo necessários para o empresariado nacional investir, resultando na redução do desemprego e no aumento da renda nacional.





Foto: Arquivo ABIFINA

## AS COMPRAS GOVERNAMENTAIS E AS CABEÇAS TROCADAS

Reinaldo Guimarães | 2º vice-presidente da ABIFINA

### A falência do multilateralismo, a Rodada Uruguai do GATT/OMC e os acordos de livre comércio

Uma das principais tendências observadas no ambiente do comércio internacional após os anos de 1960 tem sido a erosão da arquitetura multilateral construída no pós-guerra e uma das suas expressões mais visíveis é a crescente valorização de acordos bilaterais e plurilaterais de livre comércio. A rigor, as mudanças nas relações mundiais de comércio deram-se, inicialmente, no interior da arquitetura multilateral que, sob os auspícios do GATT e mais tarde OMC, orientou as conversações que o ex-ministro das relações exteriores brasileiro, Luiz Felipe Lampreia (1995-2001), chamou de "O maior acordo comercial da História"<sup>1</sup>. Essas conversações ocorreram entre meados dos anos 1980 e 1990, foram denominadas no jargão diplomático de Rodada Uruguai e geraram, entre outros, os acordos TRIPs, relativo à propriedade intelectual, e de compras governamentais (GPA).

A linha geral desses acordos foi convergente com o espírito liberal e globalizante do período, traduzido em tentativas de uma harmonização mundial das regras relativas a esses temas. Daí decorreu que as tensões ao longo da década de discussão opuseram os diplomatas e políticos dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, sendo o resultado final francamente favorável aos primeiros. O Brasil aderiu imediatamente ao TRIPs, promulgando já em 1996 uma Lei de Propriedade Industrial, que em alguns aspectos estabeleceu regras além do disposto nesse acordo, mas não aderiu aos acordos de compras governamentais e de serviços.

A OMC possui atualmente 164 países-membros. Ao GPA aderiram, até hoje, 19 parceiros em representação de 47 países-membros (os 28 países da União Europeia são considerados um único parceiro). Outros 29 países participam do acordo como observadores e nove dentre esses estão em processo de acreditação para o acesso pleno. No mapa, estão designados os parceiros (verde) e os observadores (amarelo), e chama atenção a concentração de parceiros entre os países ricos do mundo. A China, que é observadora, está no momento reivindicando a sua entrada como parceira.



Fonte: WTO - Parties, observers and accessions [www.wto.org/english/tratop\\_e/gproc\\_e/memobs\\_e.htm](http://www.wto.org/english/tratop_e/gproc_e/memobs_e.htm)

Os detalhes do acordo podem ser encontrados em [www.wto.org/english/docs\\_e/legal\\_e/rev-gpr-94\\_01\\_e.htm](http://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/rev-gpr-94_01_e.htm). De modo geral, sua missão é estabelecer regras comuns nas compras dos respectivos governos, nas quais não deve haver qualquer preferência dada pelo comprador a potenciais fornecedores nacionais ou estrangeiros, aí incluídos fornecedores estrangeiros com filiais no país comprador. Além da não-discriminação de fornecedores, o acordo inclui a obrigatoriedade do uso de meios eletrônicos e de transparência e a proibição de compensações tecnológicas (mecanismos de *off-set*) como critério de preferência. O acordo prevê flexibilidades transitórias para países em desenvolvimento e muito pobres.

A despeito das regras amplas de harmonização incluídas no acordo, que não homenageou adequadamente as profundas e crescentes assimetrias econômicas, tecnológicas e comerciais existentes no mundo à época e ainda maiores hoje em dia, a adesão ao mesmo revelou-se aquém das expectativas da OMC. Apenas para efeito de comparação, 113 países membros da OMC já aderiram aos acordos TRIPs e às suas flexibilidades, contra os 47 que aderiram ao GPA. Provavelmente, foi esse “fracasso” multilateral uma das razões que abriram caminho para o florescimento de negociações bilaterais e regionais com vistas a acordos de livre comércio a convite do mundo desenvolvido. Esse é o ambiente em que estamos atualmente e que vem animando alguns setores políticos e de representação corporativa a abrir a discussão, entre nós, sobre a adesão do Brasil a regras de harmonização do setor de compras públicas que, no País, movimentam recursos financeiros da ordem de 10% do PIB<sup>2</sup>. No meu ponto de vista, as razões que fizeram com que o Brasil não assinasse o acordo permanecem vigentes.

Embora não tenhamos aderido ao GPA, estamos negociando acordos bilaterais de compras governamentais. Em declaração recente, o ministro do Mdic, Marcos Pereira (*entrevistado nesta FACTO na pág. 14*), afirmou que o governo brasileiro concluiu há pouco um compromisso de compras públicas com o Peru, e negocia acordos sobre o tema com Mercosul, Chile, México e Colômbia. “É certo que a negociação de acordos de compras governamentais dá condições efetivas de maior acesso de empresas

brasileiras a licitações realizadas em outros países e, por isso, trata-se de instrumento fundamental para atendimento de interesses econômicos do Brasil com seus parceiros comerciais estratégicos”.

Entretanto, caso não sejam tomadas precauções, acordos sobre compras governamentais encerram riscos nada desprezíveis para a indústria e os serviços brasileiros. A primeira dessas precauções diz respeito às já mencionadas assimetrias entre os países acordantes. Quanto maiores, maior o risco de que o aumento do fluxo de comércio entre eles venha a ser desvantajoso para o polo menos desenvolvido e talvez tenha sido essa uma das razões de termos iniciado a assinar nossos acordos com os países mencionados pelo ministro. A segunda precaução, ainda vinculada à assimetria, diz respeito à extensão setorial dos acordos. Setores nos quais o Brasil é mais competitivo em termos internacionais devem ter preferência absoluta. E a terceira precaução é sempre vincular a direção e a extensão setorial dos acordos às diretrizes da política externa brasileira.

## O admirável (?) Mundo Novo e as cabeças trocadas

Desde a crise global de 2008/2009, os sinais políticos vinham aparecendo de modo mais ou menos intenso, tendo aumentado exponencialmente de intensidade nos últimos dois anos. A eleição do presidente Trump, com a saída dos EUA do *Trans Pacific Partnership* (TPP) e o provável congelamento dos acordos TTIP (EUA/UE) e *Trade in Services Agreement* (TISA), o Brexit, a derrota das reformas propostas pelo primeiro ministro Renzi na Itália, as dificuldades enfrentadas pelos países do sul da Europa, as tensões entre a Rússia e a Otan, o renascimento do espírito nacionalista e da xenofobia em todo o mundo, sugerem uma posição do Brasil em relação à sua indústria que nada tem a ver com a conjuntura neoliberal dos anos 80 e 90 do século passado, em cujo espírito se alicerçam as propostas para que o Brasil assinasse o GPA. Na verdade, esses sinais políticos expressam uma inflexão radical na trajetória global que emergiu em 1989 com a queda do Muro de Berlim e o colapso do mundo soviético. Trajetória que prometia uma crescente harmonização econômica (com a

<sup>1</sup> Lampreia, LFP - Resultados da Rodada Uruguai: uma tentativa de síntese. Estud. av. vol.9 n°.23 São Paulo Jan./Apr. 1995. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141995000100016](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141995000100016)

<sup>2</sup> Biderman, R. et al. (orgs) - Guia de compras públicas sustentáveis: Uso do poder de compra do governo para a promoção do desenvolvimento sustentável. 2008. [http://www.cqgp.sp.gov.br/gt\\_licitacoes/publicacoes/Guia-de-compras-publicas-sustent%C3%A1veis.pdf](http://www.cqgp.sp.gov.br/gt_licitacoes/publicacoes/Guia-de-compras-publicas-sustent%C3%A1veis.pdf)

globalização financeira) e política (com a democracia liberal erigida como regime padrão), chegando, no limite, à postulação hegeliana do “fim da história” (Fukuyama, 1992), esta, aliás, revista por seu autor bem mais recentemente.

O estabelecimento de amplos acordos de livre comércio e, principalmente, a adesão do Brasil ao GPA terão profundas repercussões no ambiente industrial brasileiro, sendo que, para algumas cadeias produtivas, elas poderão ter um efeito devastador. Este será, certamente, o caso da cadeia produtiva da química fina, na qual se incluem os componentes das indústrias farmoquímica, farmacêutica, biotecnológica e agroquímica representados pela ABIFINA. No início dos anos de 1990, o governo do presidente Collor de Mello promoveu medidas de caráter similar e os resultados para este setor e, possivelmente, para outros foram muito negativos para as empresas brasileiras.

Em recente debate no âmbito da Coalizão Empresarial Brasileira, a ABIFINA expôs com clareza a cautela que deve presidir a assinatura desses acordos, haja vista as assimetrias observadas em muitos casos. Defendemos o estabelecimento de acordos quando envolvam países ou cadeias produtivas em situação de mínima simetria ou de assimetria a nosso favor. Além disso, na conjuntura atual, compensações que se destinem ao fortalecimento da produção industrial e do desenvolvimento tecnológico locais devem ser reivindicadas. Os exemplos bem-sucedidos de *off-set* praticados há muitos anos por Bio-Manguinhos e pelo Instituto Butantan no campo das vacinas, bem como a recente negociação para a modernização dos equipamentos da Força Aérea Brasileira, são bastante ilustrativos.

Essa nova conjuntura global está a produzir uma grande perplexidade nos corações e mentes pelo mundo afora. Talvez o fato mais emblemático a esse respeito tenha sido o discurso do presidente Xi Jinping na edição de 2017 do Fórum Econômico Mundial em Davos, quando, portando uma cabeça de presidente norte-americano de algum tempo atrás, clamou pelo livre comércio e em defesa da globalização, ao mesmo tempo em que, nos Estados Unidos, o presidente Trump, portando uma cabeça de líder chinês de algum tempo atrás, iniciava sua onda de iniciativas nacionalistas e protecionistas, praticando o que havia prometido em sua campanha vitoriosa. Dentre elas, a que enterrou o TPP, laboriosamente

negociado por Barack Obama durante sete anos e que, por ocasião de seu anúncio em 2015, foi entusiasticamente saudado pela maioria dos analistas econômicos brasileiros. Naquele momento, o entusiasmo pelo que seria uma “harmonização comercial” que incluiria 40% do comércio mundial só era superado pelo pesar quanto à ausência do Brasil no acordo. Alguns desses analistas viram a possibilidade dessa adesão como a superação da “oportunidade perdida” pelo Brasil por ocasião do naufrágio da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), proposta pelos EUA no início dos anos 2000.

Sem dúvida é muito cedo para saber quanto tempo vai durar e onde vai dar essa complexa conjuntura de “cabeças trocadas”, mas para iniciar uma apreciação desse novo quadro talvez seja útil buscarmos algumas pistas na matriz teórico-histórica desenvolvida por José Luís Fiori e seus colaboradores desde os anos de 1980 sobre as relações interestatais globais que conformaram o sistema mundial atual. No que aqui nos toca, pistas sobre a importância do estabelecimento de objetivos estratégicos e da necessidade de sua permanente atualização, bem como suas análises de conjuntura em que nos adverte sobre os perigos das análises de muito curto prazo.

“O que mais contradiz este ‘debate epistemológico’ dos economistas é o sucesso extraordinário do ecletismo chinês, que muda suas regras e instituições segundo seus objetivos estratégicos (...) E neste caso, a conclusão (...) parece apontar numa direção que também vai contra a convicção dos economistas: todos os ‘grandes ganhadores’ seguiram estratégias expansivas e ‘mercantilistas’ (...) até alcançar seus principais concorrentes. Nesta trajetória ascensional, estes países adotaram várias políticas fiscais e monetárias, ortodoxas ou heterodoxas, dependendo das circunstâncias e do juízo dos seus governantes sobre os desafios aos seus projetos de expansão do seu poder e da sua riqueza. (...) Ou seja, no longo prazo, a importância da variação das políticas econômicas conjunturais se dissolve, transformando-se numa variável quase irrelevante para a história de sucesso das grandes potências capitalistas”.<sup>3</sup> 

<sup>3</sup> Fiori, J.L. – Macroeconomia e Estratégia. [http://www.observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com\\_k2&view=item&id=1068%3Amacroeconomia-e-estrat%C3%A9gia-%7C-jos%C3%9A-lu-%C3](http://www.observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=1068%3Amacroeconomia-e-estrat%C3%A9gia-%7C-jos%C3%9A-lu-%C3)

# EM 45 ANOS, CRISTÁLIA CONSTRÓI UM LEGADO DE INOVAÇÕES



## COMPLEXO FARMACÊUTICO, FARMOQUÍMICO, DE BIOTECNOLOGIA E DE PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO, CRISTÁLIA COMPLETA 45 ANOS DE HISTÓRIA

Com intenso investimento em pesquisa e inovação, a empresa trabalha incessantemente para deixar para o País um imenso legado de inovações. “Desde o início, nunca quisemos ser um mero produtor de comprimidos e xaropes”, resume Ogari Pacheco, um dos fundadores do laboratório e atual presidente do Conselho Diretor. Com capacidade para produzir de insumos farmacêuticos básicos e imprescindíveis a medicamentos de ponta contra o câncer e biotecnológicos, o laboratório já conquistou 91 patentes nacionais e internacionais, um marco para a indústria brasileira.

A história do Cristália começou em 1969, quando um grupo de médicos fundou a Clínica de Repouso de Itapira, mais conhecida como Clínica Cristália, no interior de São Paulo. Para suprir as necessidades dos pacientes com medicamentos, decidiu-se criar um laboratório. Em pouco tempo, o excedente começou a ser comercializado. Em 1972, foi fundado o Laboratório Cristália.

De um dos principais fornecedores de medicamentos para psiquiatria em hospitais públicos e privados, o Cristália logo se transformou no maior produtor de anestésicos da América Latina. Hoje, os anestésicos e adjuvantes da marca estão presentes em 95% dos hospitais brasileiros.

O laboratório é líder também em farmaquímica. De acordo com Pacheco, desde o início uma de suas principais preocupações era tornar o País menos dependente da importação de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs). Já em 1983 a empresa começou a sintetizar IFAs utilizados na produção de seus próprios medicamentos. Hoje, produz mais de 50% dos IFAs necessários para a fabricação dos medicamentos da marca, enquanto o Brasil ainda importa cerca de 90% dos IFAs de que necessita.

Neste caminho de inovações, o Cristália tornou-se pioneiro também em biotecnologia. Em 2013, a empresa inaugurou sua primeira Planta Industrial de Biotecnologia, localizada no Complexo Industrial de Itapira (SP), outro marco no setor. Já em março de 2014 a nova unidade obteve o CBPF (Certificado de Boas Práticas de Fabricação) para os IFAs trastuzumabe, para câncer de mama; etanercept, para artrite reumatoide; e somatropina, para o tratamento de deficiência de crescimento.

A segunda planta de biotecnologia, também instalada no Complexo de Itapira, processa micro-organismos anaeróbicos e obteve o CBPF no fim de 2014, sendo totalmente dedicada à produção do Insumo Farmacêutico Biológico da Colagenase animal-free. O lançamento da pomada Kollagenase, em 2016, após mais de uma década de investimento em desenvolvimento e pesquisa, foi mais um marco para a ciência do País.

“Com esta conquista, o Brasil deixou de ser dependente desse insumo. Além disso, pela primeira vez na história, poderemos exportar biotecnologia”, ressalta Pacheco, lembrando que o laboratório já comercializa para mais de 30 países, seguindo os padrões de referência das farmacopeias vigentes.

Um dos grandes focos do laboratório hoje é a produção de medicamentos contra o câncer, especialmente os biológicos, que permitem tecnologias avançadas. “O Brasil importa praticamente tudo em termos de oncologia. Temos que ter uma produção local”, explica Pacheco. Por isso, o Cristália investiu 130 milhões de dólares em equipamentos e na construção de uma planta destinada à produção de IFAs para medicamentos oncológicos. A unidade está dentro do Complexo Industrial de Itapira, um dos mais modernos do mundo, e entrará em operação até o fim de 2017.

“O legado científico é o que de principal o Laboratório Cristália deixa para Brasil. Com muito conhecimento introjetado e agregado ao longo destes anos todos, queremos fazer coisas que o País desconhecia”, finaliza Pacheco.

# O LABORATÓRIO CRISTÁLIA NASCEU HÁ 45 ANOS. DE LÁ PARA CÁ, A EXPECTATIVA DE VIDA DO BRASILEIRO AUMENTOU CERCA DE 45%.<sup>1</sup> E ISTO NÃO É COINCIDÊNCIA.

## EVOLUÇÃO DA EXPECTATIVA DE VIDA NO BRASIL (EM ANOS)



1. Segundo o IBGE, a expectativa de vida do brasileiro nos anos 70 era de 52,7 anos; nos anos 2020, a estimativa é que chegue a 76,1 anos, o que significa um crescimento de 44,4%.

### Fontes

[https://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tendencias\\_demograficas/comentarios.pdf](https://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tendencias_demograficas/comentarios.pdf)  
[https://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao\\_da\\_populacao/metodologia.pdf](https://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/metodologia.pdf)

 **CRISTÁLIA**  
*Sempre um passo à frente...*

*Hoje o brasileiro vive muito mais – e melhor – do que 45 anos atrás. O Laboratório Cristália não é o único responsável por esta conquista, claro, mas se orgulha de ter dado sua contribuição. Entre outros motivos, por ser o maior fornecedor para o SUS de medicamentos verticalizados produzidos no país, que distribui seus produtos para quem mais precisa.*

*Mais do que isso, o Cristália trilhou seu caminho na contramão da indústria farmacêutica brasileira. E valeu a pena. Enquanto outros players do segmento se especializaram em copiar, o Cristália se especializou em inovar, ao ponto de se tornar o maior registrador nacional de patentes farmacêuticas.*

*Para isso, investe 6% do seu faturamento em pesquisas que resultaram em 91 patentes, só nos últimos 14 anos, e o colocaram em condições de exportar para mais de 30 países, de ser o líder em anestésicos na América Latina e de fabricar 53% dos princípios ativos dos produtos que comercializa – contra 10% da média nacional.*

*E foi além. Sem medo do futuro, investiu US\$ 435 milhões entre 2009 e 2017 em plantas industriais e P&D nas áreas de biotecnologia, oncologia, citostáticos, liofilizados, injetáveis e rastreabilidade primária.*

*Em outras palavras, as contribuições do Cristália para o bem-estar e a alegria dos brasileiros não são nenhuma coincidência. E saber disso é a melhor maneira de comemorar 45 anos de existência.*





Foto: Arquivo ABIFINA

## A HISTÓRIA E ALGUNS DESAFIOS DA POLÍTICA DE FORTALECIMENTO DO COMPLEXO ECONÔMICO E INDUSTRIAL DA SAÚDE

José Gomes Temporão | Médico-sanitarista e ex-ministro da Saúde

**A** discussão entre saúde e desenvolvimento em uma perspectiva de fortalecimento da capacidade nacional em ampliar seu grau de autossuficiência no desenvolvimento e produção de tecnologias em saúde que atendessem às reais necessidades da população remonta aos anos 50 e 60 do século passado. Inserem-se nesse esforço as produções de Mario Vitor de Assis Pacheco, de Mario Magalhães da Silveira, entre outros. Mais recentemente, o tema das relações entre política industrial, pesquisa, inovação e desenvolvimento em saúde ganhou novo fôlego não apenas no campo acadêmico, mas principalmente a partir da implementação de políticas governamentais que ganham centralidade com a eleição de Lula para a Presidência do País. De fato, o tema já era motivo de preocupação do denominado Movimento da Reforma Sanitária Brasileira. No documento apresentado por Sérgio Arouca no 1º Simpósio de Política de Saúde da Câmara dos Deputados em 1979, elaborado por Reinaldo Guimarães, José Luís Fiori e Hésio Cordeiro, aparece um claro diagnóstico da política de saúde daquela época, no qual podemos encontrar um conjunto de proposições estratégicas, que já faziam alusão ao campo do denominado Complexo Econômico Industrial da Saúde (Ceis). Isso fica claro quando os autores recomendam, entre outras medidas, que a nova política de saúde deveria:

*“Definir uma política de produção e distribuição de medicamentos e equipamentos médicos orientada pela simplificação e eficácia tecnológica e dirigida à redução da dependência do capital estrangeiro através da maior participação estatal na pesquisa, formação de pesquisadores e desenvolvimento de tecnologia nacional dirigida à produção de matérias-primas fundamentais à industrialização de medicamentos essenciais...”*

De lá para cá, uma longa trajetória de esforços importantes, mas desarticulados, foi criando um vetor que possibilitaria mais adiante o desenho de uma política

nacional que buscase articular a base produtiva da saúde com as políticas do setor em um arranjo inovador.

De um ponto de vista dessa trajetória histórica, podemos destacar:

- A criação da Ceme em 1971. Apesar de extinta anos depois por motivo de denúncias de desvios e corrupção, conseguiu desenvolver vários projetos importantes no campo da farmoquímica e dos produtos naturais, entre outros;
- A criação do Programa Nacional de Autossuficiência em Imunobiológicos nos anos 80, a experiência mais importante do País no campo das parcerias público-privadas de transferência de tecnologia na área da saúde brasileira;
- A política de genéricos de 1999, uma luta de décadas da saúde pública brasileira, mas que só vira realidade no início dos anos 2000;
- A criação da Anvisa em 2000, o que permitiu estabelecer uma estrutura em base nacional para o sistema de vigilância sanitária, um grande avanço em relação ao que havia até então;
- A criação da Secretaria de Ciência e Tecnologia e Insumos Estratégicos em 2003, um passo decisivo para que o Ministério da Saúde (MS) conquistasse espaço e poder técnico-político na área de C,T&I em saúde;
- O Profarma BNDES, de 2004, introduzindo o Banco como importante agente de fomento e apoio ao fortalecimento da base industrial advinda das Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs);
- O Programa Aqui Tem Farmácia Popular, de 2006, ampliando o acesso da população a vários produtos

estratégicos e introduzindo nova dinâmica no varejo farmacêutico;

- A criação da Comissão de Incorporação de Tecnologias do Ministério da Saúde em 2008 e seu posterior aperfeiçoamento com a lei federal que cria a Conitec em 2011.

Esse conjunto de esforços e iniciativas desenvolvidos ao longo de décadas cria as condições para o surgimento da primeira política efetivamente estruturada para o setor. Em dezembro de 2007, o MS lança o Programa Mais Saúde, composto por oito eixos estratégicos, sendo um deles voltado para o fortalecimento do Ceis. Ali surge a grande mudança qualitativa. Até então, o tema das relações entre política de saúde, política industrial, pesquisa e inovação em saúde era enfrentado de modo fragmentado entre inúmeras instituições e órgãos governamentais. Com o Mais Saúde, o Ministério da Saúde assume o protagonismo e a liderança na condução desse processo.

Antes disso, em abril de 2007, o licenciamento compulsório do Efavirenz, quando o Brasil pela primeira vez utiliza esse mecanismo para garantir a sustentabilidade do Programa de Aids, fortalece esse caminho e permite o acúmulo de uma série de saberes e práticas importantes para a elaboração da estratégia que passa a ser implementada a partir do lançamento do Mais Saúde.

Essa política foi concebida a partir de uma abordagem singular apoiada no poder de compra do Estado, na centralização das compras pelo MS, na rede de laboratórios públicos e nas empresas privadas, além da participação do BNDES e da constituição do Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde (Gecis), criando o espaço institucional adequado para a pactuação e implementação da política. E isso sob a liderança e coordenação do MS no sentido de que a dinâmica das indústrias da saúde deve estar subordinada aos ditames da Política Nacional de Saúde e às prioridades nacionais no campo sanitário. Essas questões estão fortemente ligadas aos conceitos de sustentabilidade econômica e tecnológica dos sistemas de saúde.

São múltiplos os desafios para que essa política prospere. O próprio projeto de nação, de aperfeiçoamento da democracia, de sua autonomia e soberania, da política industrial e do papel do Estado nesse processo, da primordial função da ciência e do desenvolvimento tecnológico para o futuro do País, do papel do SUS enquanto fator fundamental para a redução de desigualdades, de melhoria das condições de vida e de setor econômico fundamental para o desenvolvimento nacional. Infelizmente, não é possível perceber no atual governo qualquer tipo de sintonia com essa visão de país e teme-se pelo seu futuro.

Existem também obstáculos que se inserem na macro governança da política: questões regulatórias, normativas,

legais, tecnológicas, da necessidade de aperfeiçoamento da capacidade dos laboratórios oficiais, entre outros.

E dilemas mais estratégicos para o futuro das PDPs. Elas se limitarão a uma estratégia de cópia de tecnologias já colocadas no mercado ou a inovação também será contemplada como categoria central?

Nesses dez anos que vão da formulação à implementação da política, os resultados mostram o predomínio de parcerias para transferência de tecnologias no campo dos fármacos/medicamentos, com reagentes para diagnóstico e equipamentos ocupando espaço ainda incipiente.

Dentro da conceituação mais teórica do Ceis, temos o saber médico e dos demais profissionais como cimento entre a produção e o consumo em nível das redes assistenciais. Nessa equação, a política de assistência farmacêutica ganha extrema relevância, e a implementação do Aqui Tem Farmácia Popular foi um marco nesse processo.

O fato é que até hoje existem discordâncias entre especialistas sobre a questão da dispensação dos medicamentos prescritos no SUS. Defendo que a distribuição de medicamentos à população seja feita através da rede de farmácias privadas existentes no País, entendendo farmácia como um espaço de saúde pública integrado à rede assistencial. Dessa forma, a dispensação na rede pública seria destinada apenas àqueles medicamentos dos programas de saúde pública tradicionais: tuberculose, hanseníase, malária etc.

O Programa Aqui Tem Farmácia Popular foi um ensaio, embora ainda tímido, nessa direção.

Entretanto, uma proposta de universalização do Farmácia Popular com forte incorporação de outras tecnologias em saúde em seu rol de oferta terá que rever a economia do varejo farmacêutico, especificamente suas margens de lucro. As evidências levantadas pelo estudo Conta Satélite de Saúde, realizado pelo IBGE abarcando o período de 2010 a 2013, demonstrou que o desempenho da atividade “comércio de produtos farmacêuticos, perfumaria e médico-odontológicos” teve no período o maior aumento de participação no valor adicionado, que é uma medida de geração de renda em cada atividade econômica em um determinado período.

Mas há um último aspecto a ser considerado. Até aqui, as PDPs se concentraram em medicamentos, equipamentos e reagentes. Compreensível e adequado para o momento em que foi concebida a política. Mas urge abrir o debate sobre a busca de parcerias entre o governo e o setor privado para soluções tecnológicas que envolvam, por exemplo, redes integradas de atenção como as de alta complexidade ou para o programa Saúde da Família, buscando uma visão horizontal mais integrada para o sistema de saúde brasileiro.





MARCOS PEREIRA

**MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA FOCA  
EM PROGRAMAS TRANSVERSAIS E  
ACORDOS DE COMPRAS PÚBLICAS**

**N**o cargo desde maio de 2016, o ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic), Marcos Pereira, assumiu a tarefa nada fácil de criar condições de competitividade para o setor produtivo instalado no País, em meio ao caos institucional e econômico ainda não superado pelo governo federal. Advogado natural do Espírito Santo, o dirigente conta nesta entrevista à **FACTO** que o Ministério aposta em programas transversais para tentar fazer a indústria reagir.

*As micro e pequenas empresas vêm recebendo atenção, como no programa Brasil Mais Produtivo, voltado para solucionar a baixa produtividade no setor, e no Plano Nacional da Cultura Exportadora. Na área da inovação, o ministro destaca o acelerador de startups Inovativa Brasil, mas aponta a necessidade de se desenhar novos incentivos financeiros e regulatórios.*

*Nas negociações internacionais, Pereira revela que a pasta avança em acordos comerciais que incluem compromissos de compras públicas, como o tratado fechado recentemente com o Peru. “Este tipo de acordo constitui parcela importante da atividade econômica mundial: de 15% a 20% do PIB dos países”, afirma o ministro.*

*Na atual crise econômica e fiscal, a indústria tende a ser severamente atingida. Como o Mdic pretende conduzir a política industrial?*

O baixo desempenho dos setores industriais é, em grande medida, reflexo da retração recente da atividade econômica do País. E o governo também foi atingido. A crise fiscal e a consequente necessidade de reequilibrar as contas públicas trazem muitos desafios, em particular a necessidade de abandonarmos mecanismos de incentivos tradicionalmente adotados e de pensarmos novas formas de fazer política pública. O objetivo geral é o de elevarmos a produtividade e a competitividade da indústria nacional, de modo a inserir o Brasil de forma qualificada nas cadeias globais de valor.

No atual contexto de restrição orçamentária, o Mdic tem atuado de forma mais transversal, para atingir a todos os setores da indústria. Estamos trabalhando para aprimorar o ambiente de negócios, reduzir os custos sistêmicos e de produção, além de incentivar os investimentos em infraestrutura, e atrair investimentos para o adensamento da cadeia produtiva.

Também atuamos no aumento da capacidade de inovação empresarial por meio de ações como o Inovativa Brasil – um programa gratuito de aceleração em larga escala para negócios inovadores de qualquer setor e lugar do Brasil. O Inovativa foi escolhido como a melhor aceleradora de startups do País, no Startup Awards 2016. Além disso, desenvolvemos o Programa Brasil Mais Produtivo, que é uma resposta rápida para o dilema da baixa produtividade da indústria brasileira. Ele visa atender a três mil empresas industriais de pequeno e médio porte em todo o Brasil. E, para o incentivo às exportações, as micro, pequenas e médias empresas contam com o Plano Nacional da Cultura Exportadora.

*Como o senhor vê a Política de Desenvolvimento Produtivo do Complexo Industrial da Saúde, conduzida pelo Ministério da Saúde com importante participação do Mdic?*

O Mdic considera o setor de saúde estratégico não apenas do ponto de vista social, mas também produtivo e tecnológico. Sob a liderança do Ministério da Saúde e com o apoio e a articulação dos órgãos parceiros, particularmente os que compõem o Gecis, o setor cresceu, atraindo investimentos de multinacionais e criando um ambiente para o fortalecimento e a consolidação de empresas de capital nacional, que hoje são importantes *players* no mercado brasileiro.

O avanço se deve, em grande parte, a dois momentos. O primeiro foi a política de estímulo à produção de medicamentos genéricos, que criou um ambiente propício para o surgimento e o fortalecimento de empresas com portfólio baseado nesses medicamentos e em medicamentos similares. O segundo momento, por sua vez, refere-se exatamente ao advento das Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs).

Liderada pelo Ministério da Saúde, a PDP consiste em uma política de incentivo à internalização da produção de medicamentos e produtos considerados estratégicos para o SUS, por meio da transferência de tecnologia de um laboratório privado para um público. Nessa política, todos são beneficiados. O detentor da tecnologia ganha um horizonte de mercado enquanto transfere a tecnologia. O laboratório público, por sua vez, ganha expertise tecnológica e produtiva.

Em termos econômicos, há impactos favoráveis no nível de produção e emprego, com redução do déficit da balança comercial. Finalmente, ganha a população, que, com a entrada de novos competidores naquele mercado, tem acesso a medicamentos mais baratos.

*Em 1994, o Brasil não assinou o Acordo Internacional sobre Compras Governamentais. Seria conveniente uma abertura comercial sobre o tema neste momento, como proposto em alguns acordos de livre comércio?*

Já estamos negociando acordos de compras governamentais. Este tipo de acordo constitui parcela importante da atividade econômica mundial: de 15% a 20% do PIB dos países. Por isso, o governo brasileiro concluiu recentemente um compromisso de compras públicas com o Peru (*leia o quadro*), e negocia acordos sobre o tema com Mercosul, Chile, México e Colômbia.

Entendemos que a negociação de acordos de compras governamentais dá condições efetivas de maior acesso de empresas brasileiras a licitações realizadas em outros países, e, por isso, trata-se de instrumento fundamental para atendimento de interesses econômicos do Brasil com seus parceiros comerciais estratégicos.

*Que instrumentos de incentivo à inovação tecnológica devem ser adotados pelo governo federal?*

O Mdic vem acompanhando atentamente as mais recentes mudanças e evoluções, especialmente nos processos

de manufatura, com o objetivo de aproveitar o movimento para promover e incentivar a incorporação das novas tecnologias disponíveis por parte do setor produtivo nacional como forma de ganhar ou melhorar a competitividade.

São enormes os desafios, não apenas para as empresas, mas também para o governo. Precisamos revisar e desenhar novos incentivos financeiros e regulatórios para estimular o mercado na adoção de tecnologias sustentáveis, utilizar as compras governamentais como estímulo à inovação e à agregação de valor, criar instrumentos de incentivo fiscal aos investidores de capital de risco, e conectar startups e micros, pequenas e médias empresas inovadoras com grandes empresas.

Entendemos que se trata de uma oportunidade para o País avaliar e definir os rumos que deve tomar para garantir um posicionamento global competitivo no médio prazo. Podemos observar o cenário e tentar seguir os líderes, como tradicionalmente tem sido feito, ou optarmos por criar um caminho próprio, com as tecnologias disponíveis e que ainda serão inventadas, para atingirmos a liderança em determinados setores no futuro. Se depender da vontade deste Ministério, trabalharemos para viabilizar a segunda opção.

## GOVERNO AMPLIA ACORDO COMERCIAL COM PERU

Em abril de 2016, o governo brasileiro firmou com o Peru o Acordo de Ampliação Econômico-Comercial, que incluiu capítulos de compras governamentais, serviços e investimentos. De acordo com informações da Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, esse foi o primeiro acordo internacional de compras governamentais do Brasil.

Segundo divulgação no site do Mdic, o Acordo está tramitando na Câmara dos Deputados e o governo brasileiro tem interesse em sua aprovação. Com ele, as licitações peruanas de bens e serviços passam a estar abertas para as empresas brasileiras, bem como o contrário.

No Peru, a participação brasileira em algumas licitações era prejudicada pela exigência de um depósito que não se aplica às empresas locais. Com a implementação do acordo, a situação poderá ser superada.

Do lado peruano, a oferta abrangeu quase a totalidade das entidades de nível central e algumas estaduais. Do Brasil, constam entidades do nível central do governo. Foram resguardados espaços para a implementação de políticas públicas pelos países.

Em 2016, as exportações brasileiras para o Peru cresceram 7,3% em relação ao ano anterior, passando de US\$ 1,8 bilhão para US\$ 1,9 bilhão. A participação do país subiu de 0,9% para 1,1%, posicionando-se como o 27º destino das exportações brasileiras no ano. Já as importações brasileiras do Peru atingiram US\$ 1,2 bilhão. A participação do Peru elevou-se de 0,7% para 0,9%. O país foi o 27º fornecedor estrangeiro ao Brasil em 2016. 

# SITUAÇÃO ATUAL E PERSPECTIVAS DA INDÚSTRIA DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS NACIONAL

Martim Francisco de Oliveira e Silva | Professor da PUC-Rio e engenheiro do BNDES\*

Foto: Arquivo pessoal



**D**efensivos agrícolas<sup>1</sup> são substâncias ou misturas de substâncias químicas utilizadas para prevenir, destruir, repelir ou inibir a ocorrência ou efeitos de organismos vivos capazes de prejudicar as lavouras agrícolas (National Research Council, 2000). Os principais tipos de defensivos obtidos por processos químicos são: herbicidas, inseticidas, fungicidas e acaricidas.

O aumento da população mundial, a elevação no consumo de calorias *per capita*, a diminuição das terras aráveis e a necessidade de melhorar a produtividade das culturas agrícolas são os principais fatores que impulsionam os mercados da indústria. Estima-se que o mercado global dos defensivos alcançou uma receita de US\$ 52 bilhões em 2015 e que seu crescimento até 2020 será de aproximadamente 4% a.a.

Na indústria mundial, há muitos competidores, mas apenas parte deles possui uma parcela significativa do mercado. Em 2010, as seis maiores empresas, Syngenta, Bayer, Basf, Dow, Monsanto e Dupont, detinham 67% das vendas. Em 2016, a aquisição da Monsanto pela Bayer e a fusão entre a Dow e a Dupont indicam que cerca de 2/3 do mercado mundial deverá pertencer às quatro maiores empresas do setor a partir de 2018. Em 2016, a anunciada aquisição da empresa suíça Syngenta pela chinesa ChemChina, por US\$ 43 bilhões, marcou a entrada da primeira empresa chinesa no segmento de produtos com patentes<sup>2</sup>.

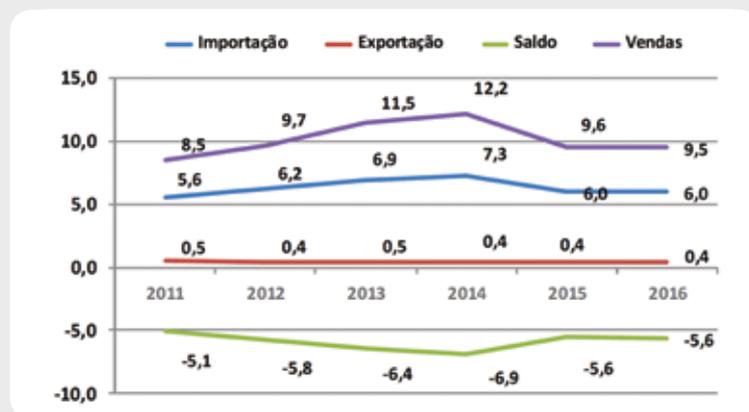
No Brasil, as vendas da indústria alcançaram aproximadamente US\$ 9,4 bilhões em 2016. Apesar de constituir de 15% a 20% do mercado mundial nos últimos 10 anos, disputando continuamente a liderança global com os Estados Unidos, a indústria local tem apresentado expressivos déficits comerciais.

<sup>1</sup> Há um amplo número de termos utilizados como sinônimos, nem sempre de maneira precisa, entre eles: agroquímicos, agrotóxicos e pesticidas. Neste artigo, será adotado unicamente o termo “defensivos agrícolas” para designar tais substâncias.

<sup>2</sup> Em fevereiro de 2017, a aquisição da Syngenta pela ChemChina ainda dependia da aprovação das autoridades de: Brasil, Canadá, China, EU, Índia, México e EUA (MOREIRA, 2017).

\*Este texto reproduz exclusivamente a opinião pessoal do autor

## Vendas, importações, exportações e saldo comercial de defensivos no Brasil (US\$ bilhões)



Fonte: Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg), elaboração própria.

Ao longo dos últimos 20 anos, além dos desafios comuns a outras cadeias produtivas locais, os investimentos na indústria brasileira se reduziram por duas razões principais:

- A Lei 9.430/1996, que, ao regular os preços de transferência, reduziu os incentivos à produção em diversas cadeias produtivas locais ao arbitrar margens máximas de lucro ou preços máximos de aquisição. A situação perdurou até 2012, quando a Instrução Normativa RFB nº 1.312 estabeleceu parâmetros mais favoráveis aos investidores internacionais.

- O processo de concessão de registros de produtos.

No Brasil, o Decreto 24.114, de 1934, constituiu o marco regulatório inicial dos defensivos agrícolas, posteriormente substituído pela Lei 7.802/1989, regulamentado pelo Decreto 4.074/2002 e que definiu a estrutura de autoridade para a concessão de registros, compartilhada entre a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama), e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). A Anvisa verifica as questões de segurança toxicológica; o Ibama, os aspectos da segurança ambiental; e o Mapa avalia a efetividade agrícola do produto e concede o registro após manifestação favorável dos outros dois órgãos.

As oportunidades de mercado no Brasil incentivaram o aumento de solicitações de registros de produtos por empresas de diversas naturezas: brasileiras, estrangeiras, fabricantes ou importadoras. Tal elevação originou uma longa lista de espera para obtenção de registros de comercialização.

Uma proposta para solução da questão foi formulada pela empresa Bain (2014), durante o Estudo da Diversificação da Indústria Química, financiando pelo BNDES. Para atrair investimentos e desenvolver a indústria, seria necessária uma decisão de governo definindo critérios de priorização das análises pelos órgãos anuentes.

Em 11 de agosto de 2015, o Mapa emitiu a Portaria 163, elencando como critérios de priorização as análises de produtos que, em resumo, se associem a:

- (i) Controle dos maiores riscos com pragas;
- (ii) Manejo integrado<sup>3</sup>;
- (iii) Menores custos agrícolas;
- (iv) Produção local.

A proposta do Mapa veio ao encontro do objetivo de estímulo à fabricação de produtos no parque industrial brasileiro e ao desenvolvimento de tecnologias locais, contribuindo para uma melhor coordenação das políticas e processos dos três órgãos anuentes.

Os primeiros resultados são promissores. Segundo o Mapa, em 2016 foram registrados 277 novos agroquímicos no Ministério, comparados a 139 novos produtos em 2015, batendo o recorde histórico de 203 novos produtos registrados em 2007 (Mapa, 2017).

Adicionalmente, os participantes da indústria reconhecem melhorias nos processos internos e os esforços dos técnicos dos órgãos reguladores, assim como observam a busca contínua de uma maior harmonização dos sistemas científicos locais aos dos órgãos reguladores mais avançados no mundo.

<sup>3</sup> O manejo integrado é uma estratégia de controle múltiplo de infestações que tem como objetivo diminuir as chances dos insetos ou doenças de se adaptarem a alguma prática defensiva, por meio de técnicas alternativas ou adicionais ao uso de produtos químicos.

Além da questão dos registros, há desafios com o financiamento para compras de defensivos. A indústria vem desenvolvendo mecanismos de *barter* e de emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, instrumento de captação de recursos destinados a financiar transações no mercado.

Outro desafio que a indústria enfrenta se relaciona aos produtos ilegais, o que inclui casos de roubos, contrabando e falsificações. O Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg) está finalizando um estudo destinado a quantificar e sugerir alternativas para solução do problema, que vem prejudicando o desenvolvimento da indústria de defensivos e seus clientes.

## Os benefícios da atividade industrial no Brasil

Após mapear e analisar 65 segmentos, o Estudo da Diversificação da Indústria Química Brasileira, que foi efetuado pela empresa Bain (2014), destacou a indústria de defensivos agrícolas como aquela que reúne as melhores condições locais da indústria química para desenvolvimento no País.

Durante o estudo, os principais *players* do mercado acreditavam que o País poderia produzir até 30% das necessidades mundiais localmente, destinando 2/3 desse valor ao mercado local e 1/3 às exportações. No estudo, foram quantificados os benefícios econômicos da expansão de investimentos na indústria local em dois cenários:

- No mais conservador, seriam produzidos localmente 100% do valor dos produtos formulados e 50% dos produtos técnicos, alcançando-se: investimentos de US\$ 1,8 bilhão, um impacto de US\$ 7 bilhões no saldo comercial, uma contribuição ao PIB de US\$ 3,9 bilhões e um aumento da arrecadação de US\$ 0,7 bilhão em 2030.

- No segundo, mais otimista, seriam alcançados 30% do valor da produção mundial de defensivos e alcançados: investimentos de US\$ 5,4 bilhões, um impacto de US\$ 18 bilhões no saldo comercial, uma contribuição ao PIB de US\$ 8,7 bilhões e um aumento da arrecadação de US\$ 1,5 bilhão em 2030.

Além desses, outros importantes benefícios dos investimentos locais seriam:

- Redução de preços para os agricultores, devido ao aumento da competição.

- Desenvolvimento de produtos mais adequados ao agronegócio local.

- Maior segurança sanitária e ambiental no País, devido ao monitoramento mais próximo dos processos industriais pelos órgãos reguladores.

## Conclusão

O principal vetor de crescimento da indústria, o agronegócio brasileiro, segue em seu caminho de ampliação de produção e competitividade.

No curto prazo, além de perspectivas climáticas favoráveis, as informações de janeiro deste ano do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, do IBGE, que acompanha mensalmente a produção esperada das safras dos principais produtos do País, estimam um crescimento de 4,8% no volume de 2017 em relação ao ano anterior.

No médio prazo, uma oportunidade poderá decorrer de possíveis retaliações de alguns países às anunciadas medidas protecionistas dos EUA, um grande exportador de grãos. Assim, o agronegócio local poderia capturar parcelas de mercado que lhe adicionariam expressivos volumes, assim como à indústria de defensivos agrícolas.

No longo prazo, a necessidade de alimentação da população mundial – estimada em 7,3 bilhões de pessoas, das quais cerca de 795 milhões ainda estão em condições de subnutrição, de acordo com a Organização das Nações Unidas em 2016 –, e a escala, produtividade e sofisticação do agronegócio brasileiro, associados ao clima local – que proporciona tanto colheitas múltiplas como desafios para o controle de pragas –, indicam que as perspectivas para a indústria de defensivos agrícolas no Brasil continuarão a ser das melhores para a indústria química no País. 

## Referências

- Bain. Estudo da Diversificação da Indústria Química. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/>>. Acesso em 29/12/2016, 2014.
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Mapa altera registros de agrotóxicos destinados às pragas do trigo e da cevada. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/noticias/mapa-altera-registros-de-agrotoxicos-destinados-as-pragas-do-trigo-e-da-cevada>. Acesso em: 14/2/2017, 2017.
- MOREIRA, A. Uma Ponte Suiça entre Brasil e China. Valor Econômico. 9/2/2017.
- NATIONAL RESEARCH COUNCIL. The future role of pesticides in US agriculture. Washington, D.C., National Academy Press, 2000.



## MATÉRIA POLÍTICA

# POLÍTICA INDUSTRIAL: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

**A** desindustrialização da economia brasileira, que avança a passos largos nos últimos anos, tem sido analisada por diversos ângulos. Recentemente, a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) acrescentou a essa discussão uma perspectiva continental, mostrando que o fenômeno atinge de forma generalizada os países latino-americanos que lograram algum desenvolvimento industrial em décadas passadas: além do Brasil, a Argentina, o Chile e, em menor grau, o México. Intitulado “Desindustrialização prematura na América Latina”, o estudo deixa claro que, no caso brasileiro, a dramática situação em que se encontram as indústrias de produtos de maior valor agregado provocou um efeito cascata, constituindo-se num dos motores da crise que ameaça desmobilizar o conjunto da economia.

Em todos os países em processo de desindustrialização, ocorreu uma regressão econômica, caracterizada pelo avanço e maior especialização em *commodities* agrícolas e minerais e serviços de baixa qualificação, em detrimento da indústria de transformação. Trata-se, em suma, de uma reprimarização das principais economias latino-americanas, e consequentemente de um maior distanciamento em relação a atividades geradoras de riqueza. A alegação dos defensores desse modelo de que é natural no atual estágio da globalização a indústria perder espaço para o setor terciário, embasada no fato de que países desenvolvidos crescem mais na área de serviços do que na indústria, é uma falácia no caso dos países emergentes. Basta lançar um olhar sobre a gama de serviços oferecidos: enquanto os países ricos destacam-se em serviços intensivos em conhecimento e tecnologia, nos países periféricos os serviços que se expandem são, em geral, de baixo valor agregado.

Seria positivo para o desenvolvimento econômico da América Latina se o crescimento em serviços compreendesse segmentos de alta tecnologia, como as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), associados a atividades que adicionem valor às cadeias produtivas globais ou que atendam a demandas estratégicas do setor público, como vem acontecendo nos países econômica e socialmente mais avançados. Infelizmente, não é isso o que vem ocorrendo e a diversificação produtiva na América Latina só progride em direção a serviços menos qualificados.

Para a economia brasileira romper o círculo vicioso da crise, que nos últimos anos solapou algo entre 15% e 20% da produção industrial, valeria seguir a recomendação de um relatório publicado em 2016 pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), sob o título *“Trade and Development Report”*. Esse documento sugere combater o quadro de desindustrialização através da aplicação de uma política industrial moderna e eficaz, capaz de induzir trajetórias de crescimento sustentáveis, caracterizada principalmente por uma burocracia estatal estável, altamente capacitada e estreitamente interconectada; por políticas macroeconômicas e regulação do sistema financeiro com viés pró-investimento; e pela definição de áreas estratégicas para o desenvolvimento e monitoramento do desempenho das empresas envolvidas.

Parece óbvio que os países que sofreram um processo de desindustrialização prematura, conforme diagnostica a Cepal, para retomarem o crescimento industrial devem definir e executar projetos de desenvolvimento no longo prazo, conduzidos pelo Estado de forma consistente e sem interrupções causadas por mudanças no Poder Executivo. O atual governo já definiu metas relativas aos gastos públicos para os próximos 20 anos. Agora, falta criar e implementar uma agenda positiva, também de longo prazo, para alavancar o crescimento industrial.

## DEFASAGEM TECNOLÓGICA: COMO ROMPER O CÍRCULO VICIOSO?

David Kupfer, coordenador do Grupo de Indústria e Competividade do Instituto de Economia da UFRJ, considera que o estudo da Cepal aponta com bastante nitidez questões relevantes do processo de desindustrialização, especialmente no que tange à incapacidade de países como o Brasil de definir uma estratégia de desenvolvimento industrial que promova um *upgrading* da produção, evitando assim a ampliação do hiato em relação ao desenvolvimento industrial internacional. “Concordo principalmente com a tese de que atenção excessiva aos problemas de conjuntura, ausência de visão de longo prazo e carência de instrumentos de planejamento são fatores determinantes da trajetória negativa que se estabeleceu por aqui. Porém, entendo que é necessário incluir um diagnóstico não só do Estado e das suas políticas, mas também do setor produtivo propriamente dito, da natureza do capitalismo brasileiro. É evidente que o que estamos discutindo não resulta somente de falhas do Estado, mas também da ausência de estratégia do setor privado e, acima de tudo, de uma conjunção desses dois elementos”.

A necessária reforma das instituições intervenientes na política industrial deve ter como contrapartida, na visão de Kupfer, uma revolução do setor produtivo em termos de objetivos, estratégias e comportamentos. “Entendo que nosso setor produtivo, por razões até historicamente compreensíveis, é muito ‘curto prazista’, avesso a risco e refratário a

investir e imobilizar capital. Isso decorre de um conjunto de regras que vêm governando o funcionamento da economia há muitas décadas”.

A gênese desse comportamento remonta, segundo o pesquisador, ao prolongado período de estagnação da década de 1980. “O projeto do ‘Brasil grande’, do Brasil potência, independentemente dos seus defeitos, exageros e equívocos, e muito criticado principalmente por ter sido liderado por um governo militar ditatorial, mal ou bem definia um norte, tinha uma capacidade de orientar o processo de tomada de decisão. Esse projeto evoluiu durante a década de 1970 e em seguida se esgotou, dando lugar a uma década de inflação alta e crônica, de muita escassez de financiamento e acesso a capital, e, pior, jogando-nos numa espécie de vácuo estratégico. Algo parecido com o que vivemos agora, porque, além de enfrentarmos uma crise fiscal e financeira, temos uma recessão importante no lado real da economia, e aparentemente o Brasil não sabe onde está, nem para onde ir”.

Foi esse cenário, afirma Kupfer, que incentivou o sistema produtivo brasileiro a economizar capital. “Dado o nível elevadíssimo de remuneração do capital financeiro que se consegue obter no Brasil, quase sempre é mais rentável aplicar o capital em títulos financeiros do que imobilizá-lo em ativos produtivos. Daí a prática das empresas brasileiras de superexplorar os equipamentos alocados na produção. Os ativos produtivos nunca são substituídos ou modernizados em ritmo rápido. Ao contrário, tendem a durar excessivamente. Agarramo-nos a gerações antigas de equipamentos, que têm vida longa demais. Muitas vezes esses equipamentos vão se tornando obsoletos e perdem eficiência, mas as empresas não decidem substituí-los porque ainda são capazes de produzir. Isso vai cobrando um preço em termos de hiatos de produtividade e competitividade, e vai minando a própria rentabilidade do setor industrial. É um processo circular negativo, que se estabeleceu ali pela década de 1980 e que deixou sequelas. Temos que encontrar uma forma de quebrar esse círculo vicioso e trazer o setor produtivo para um comportamento menos conservador, mais empreendedor”.

Kupfer tem convicção de que os elementos da crise que dizem respeito à estrutura produtiva e às estratégias predominantes no tecido industrial brasileiro precisam ser equacionados em conjunto com as políticas públicas. “Quero dizer que um anda junto com o outro. As políticas industriais não funcionam porque não encontram no setor privado o dinamismo e a disposição necessários”. Para ele, a defasagem tecnológica da indústria brasileira deriva em grande parte desse comportamento minimizador de investimentos, que está na contramão da inovação. “Se o objetivo é evitar risco e imobilização de capital em projetos de retorno não garantido, evidentemente a inovação, que trabalha com risco alto e que requer programas de gastos de duração incerta, fica prejudicada. O sistema torna-se refratário à inovação e daí vem o atraso tecnológico em processos, produtos e modelos de organização da produção”.

E não há previsão de melhora do ambiente econômico em curto prazo. “Agora temos uma situação em que a indústria de maior intensidade tecnológica se retraiu no ciclo anterior, investiu pouco e se defasou; a indústria que cresceu baseada em recursos naturais hoje tem capacidade ociosa, tem problema de demanda; e, adicionalmente, outras indústrias, as chamadas indústrias tradicionais, produtoras de bens-salário, que dependem do nível de renda da população, da capacidade de consumo da população, estão enfrentando um problema de demanda efetiva muito grave e também estão em retrocesso”.

## **“É PRECISO QUEBRAR O ‘CURTO PRAZISMO’ QUE CARACTERIZA O COMPORTAMENTO DOS AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS NO BRASIL. TEMOS QUE DEFINIR UMA ESTRATÉGIA DE TRANSFORMAÇÃO DA INDÚSTRIA NUM HORIZONTE TEMPORAL LONGO”**

DAVID KUPFER

Mas como romper o círculo vicioso? Na opinião de Kupfer, “em primeiro lugar é preciso quebrar o ‘curto prazismo’ que caracteriza o comportamento dos agentes públicos e privados no Brasil. Temos que de fato definir uma estratégia de transformação da indústria num horizonte temporal longo. E essa estratégia deve ser legitimada amplamente, para que depois sirva como um projeto, como um norte para o processo de tomada de decisão, tanto dos formuladores de políticas, que alocam recursos, quanto do setor privado, que irá realizar os investimentos propriamente ditos”.

Isso depende de uma visão do que pode ser a indústria brasileira e qual o lugar dessa indústria no mundo num horizonte de dez anos ou mais à frente, esclarece o pesquisador. “Acredito que, dado o grau de diversificação que ainda existe na indústria brasileira e dado o nível não muito favorável de competitividade autêntica que subsiste hoje, temos que montar uma estratégia não muito ousada. Não vejo espaço para uma transformação industrial de fôlego muito profundo. Adicionalmente, levando em consideração o grande peso das empresas transnacionais em setores muito importantes da matriz industrial brasileira, imagino uma configuração na qual iremos importar muito e exportar muito, havendo determinados segmentos industriais com produção local e outros que serão abastecidos pelo mercado internacional”.

Kupfer aposta numa estratégia de nichos em que a competitividade brasileira possa ser reconstruída e ganhar possibilidades de expansão. “É um desenho de política que envolve compreender, por exemplo, dentro da indústria de

máquinas, quais são os itens que precisamos produzir e quais devemos importar; dentro da indústria têxtil, o que é viável produzir localmente e o que é melhor importar; e assim em todos os setores. Isto é muito diferente da prática recente, que não estava conseguindo trazer para a realidade industrial uma visão matizada e segmentada dos nichos potenciais existentes”.

Apesar da complexidade inerente à escolha desse caminho, Kupfer entende que ele é factível e sustentável, desde que se baseie numa institucionalidade “menos dedicada a defender as rendas setoriais e mais preocupada em formular e implementar planos de ação que, embora de retorno mais lento, possam promover mais renda futura para todos”.

Marcelo Morales, também pesquisador da UFRJ, acredita que a defasagem tecnológica responde, em parte, pela difícil situação em que a indústria brasileira se encontra hoje. “Todos os produtos com alto valor agregado dependem inicialmente da inovação tecnológica. Os países mais desenvolvidos, como os EUA – e até a China, que está se tornando uma grande potência –, quando começam a entrar em crise, ampliam seus investimentos nessa área. No caso do Brasil, é a inovação tecnológica que vai nos permitir sair do buraco rapidamente e com sustentabilidade. Precisamos de uma política nacional de ciência e tecnologia que seja priorizada e não varie ao sabor das crises, porque, quando cessa o investimento nessa área, retrocedemos décadas”.

A Embrapa, a Embraer e o Cnpes/Petrobras são exemplos vivos de políticas tecnológicas bem-sucedidas, assinala Morales. “A Petrobras possui um conhecimento tecnológico de prospecção em águas profundas que poucos países têm. Isso foi graças ao investimento pesado em ciência e tecnologia. Um desafio muito recente a que o Brasil também tem respondido à altura é o do zika vírus. Isto é ciência e tecnologia, são os nossos pesquisadores em alerta para detectar riscos na área da saúde. Foi uma formação de muitos anos em ciência e tecnologia que impediu um desastre na saúde, que teria um impacto econômico ainda maior do que teve. Hoje nós somos expoentes na produção de conhecimento em zika”.

A precária situação financeira das agências estaduais de fomento, evidenciada pelas recentes ameaças de corte no orçamento da Fapesp e pela quebra de compromissos da Faperj, que não paga os editais aprovados desde 2015, mostra que o Brasil corre o risco de um grande retrocesso em sua produção tecnológica. Segundo o pesquisador, “o estado do Rio de Janeiro é o segundo maior do Brasil em ciência, tecnologia e inovação, principalmente na área de petróleo. Dois anos sem pagar os pesquisadores é muito preocupante e causará enorme prejuízo à pesquisa científica e à inovação nos próximos anos”.

Morales chama atenção para a relevância da transição tecnológica em curso, que exige investimento contínuo em *upgrading*. “O mundo está partindo para a indústria 4.0,

que é a nova revolução industrial. Os sistemas ciberfísicos, a aplicação da internet das coisas e dos processos de manufatura descentralizados irão mudar radicalmente o perfil da indústria, e quem não estiver nesse patamar vai ficar para trás. Essa revolução é análoga à ocorrida nos anos 1970 com a assimilação industrial da eletrônica, dos sistemas de computadores e da robótica. Quem não fizer o investimento agora para a quarta revolução industrial terá uma indústria obsoleta, incapaz de atender às demandas individuais de cada fornecedor. Tudo isso depende de investimento em C&T”.

No entanto, o Brasil é um dos países que podem sofrer atrasos nessa corrida. “Acho que falta articulação. O setor industrial, os profissionais que trabalham com ciência e tecnologia, pesquisadores e o Estado brasileiro precisam se organizar para levar a indústria nacional a alcançar esse novo patamar. O assunto é discutido, mas sempre vamos para a largada com um pouco de atraso, e a economia mundial não perdoa, não espera. Nossos pesquisadores estão prontos para responder a todas as demandas do País, mas falta investimento pesado em ciência e tecnologia. Enquanto não atingirmos uma fatia de pelo menos 2% do PIB, e as fundações estaduais de amparo à pesquisa não puderem contar com segurança jurídica para realizar seu trabalho, não teremos uma política vigorosa para ciência e tecnologia. Há uma falta de articulação e uma falta de visão estratégica sobre a qualidade do desenvolvimento que o País deve ter”.

## **BNDES MANTÉM APOSTA NO SETOR FARMACÊUTICO**

Tendo em vista melhorar a articulação interna de suas unidades voltadas para o fomento ao setor da saúde, buscando uma atuação sistêmica, o BNDES criou o Departamento do Complexo Industrial e de Serviços de Saúde (Deciss), que uniu as atribuições dos antigos Defarma e Depos (Departamento de Operações Sociais). Segundo o chefe desse novo departamento, João Paulo Pieroni, toda a carteira de financiamento do BNDES nos serviços e na indústria de saúde ficou agora reunida sob uma única gestão, “permitindo, assim, a identificação das sinergias e o fomento a operações de caráter mais estruturante a partir de uma lógica unificada”.

Em paralelo, o Deciss busca também articulação com os demais órgãos públicos intervenientes na área da saúde. Como períodos de crise restringem o espaço para medidas que demandem elevado volume de recursos, Pieroni considera mais factível, nesses momentos, “buscar consensos para atuar em melhorias regulatórias e institucionais, visando aprimorar o ambiente de negócios, o estímulo à inovação e a ampliação da competitividade”. Nesse sentido, o BNDES considera importante a retomada do Gecis como um fórum de discussão de políticas públicas. “Em especial, temos a expectativa de que os grupos de trabalho constituídos possam funcionar como espaços de proposição e encaminhamento

de melhorias, com destaque para o marco regulatório. O BNDES participará ativamente dessas discussões e entende que tem um papel relevante na formulação e implementação de políticas públicas em saúde”.

## **“PRECISAMOS DE UMA POLÍTICA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA QUE SEJA PRIORIZADA E NÃO VARIE AO SABOR DAS CRISES, PORQUE, QUANDO CESSA O INVESTIMENTO NESSA ÁREA, RETROCEDEMOS DÉCADAS”**

MARCELO MORALES

Na avaliação de Pieroni, o presente cenário de restrição fiscal, combinado com uma crise econômica profunda, aumenta a intensidade da demanda de serviços de saúde pela população brasileira. “Entre outras consequências, a elevação do desemprego tem provocado o deslocamento de um contingente relevante de pessoas dos planos de saúde privados para o SUS, ampliando ainda mais a pressão de custos sobre o sistema”. Além disso, segundo o chefe do Deciss, há que se acrescentar um ponto a mais de atenção: as transições epidemiológica e demográfica. “O Brasil encontra-se em estágio avançado de envelhecimento da população e de redução do peso relativo das doenças transmissíveis, como dengue e malária, entre as causas de morbimortalidade populacional. Segundo projeções da Organização das Nações Unidas, em 2030 o Brasil deverá contar com uma proporção de idosos na população similar à atual da França, com quatro vezes a população atual e metade de seu PIB *per capita*. Esses processos estruturais se refletem no crescimento da incidência das doenças crônico-degenerativas, como câncer e diabetes, que correspondem às principais aplicações dos medicamentos biotecnológicos”.

O Deciss atribui um papel decisivo à inovação tecnológica. “Em todo o mundo, a incorporação de inovações tecnológicas na saúde representa um desafio enorme, no que se refere a seu impacto sobre a estrutura de custos do sistema. Em diversos setores as inovações tendem, no longo prazo, a contribuir para a redução dos custos e a popularização do acesso a tecnologias, como é o caso das tecnologias de informação e comunicação (TICs). Na saúde, ao contrário, o deslocamento da fronteira tecnológica está associado à ampliação dos custos, com métodos de diagnóstico complementares (e não substitutos) e medicamentos que ampliam a sobrevida das pessoas sem oferecer necessariamente uma cura”.

Em suma, o País tem pela frente o enorme desafio de lidar, simultaneamente, com desindustrialização, crise e restrição

fiscal, envelhecimento da população, transição epidemiológica e custos crescentes em saúde. Como o BNDES poderá contribuir nesse processo? Pieroni recorda que, nos últimos anos, o apoio oferecido pelo Banco ao complexo industrial da saúde se baseou no conceito de aprendizado e trajetória tecnológica. “A ideia central é a de que as competências para inovar são cumulativas e as empresas precisam percorrer etapas que as credenciam para galgar degraus cada vez mais elevados em pesquisa e desenvolvimento de produtos, alavancando a competitividade da indústria. No início da década de 2000, o Banco apoiou o desenvolvimento de novos medicamentos genéricos dentro da linha de inovação, a partir da premissa de que os aprendizados envolvidos gerariam capacitação para que, posteriormente, essas empresas apostassem em inovação incremental e radical. A mesma lógica se aplica ao apoio do BNDES aos projetos de plantas industriais de medicamentos biossimilares no País”.

**“O BNDES VEM BUSCANDO, CADA VEZ MAIS, CONSTRUIR UMA AGENDA DE LONGO PRAZO PARA A INTEGRAÇÃO VIRTUOSA ENTRE INDÚSTRIA E SERVIÇOS DE SAÚDE, VISANDO A AUMENTAR O ACESSO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA À SAÚDE DE QUALIDADE, AO MESMO TEMPO EM QUE SE PROMOVE A AMPLIAÇÃO DA COMPETIVIDADE DA INDÚSTRIA”**

JOÃO PAULO PIERONI

Em seu novo enfoque, explica o chefe do Deciss, o BNDES vem buscando, cada vez mais, “construir uma agenda de longo prazo para a integração virtuosa entre indústria e serviços de saúde, visando a aumentar o acesso da população brasileira à saúde de qualidade, ao mesmo tempo em que se promove a ampliação da competitividade da indústria. Essa visão sistêmica da saúde se alinha a uma das principais diretrizes da nova gestão do BNDES, que é priorizar projetos com elevado retorno social, traduzido no desenvolvimento de produtos alinhados às políticas públicas de saúde. Com isso, busca-se contribuir simultaneamente para a sustentabilidade de longo prazo do SUS e para o aumento de competitividade do complexo industrial da saúde”.

Pieroni acrescenta que, “ao mesmo tempo, o apoio à inovação tecnológica, tão importante em períodos de crise, continua sendo uma prioridade para o BNDES. Em um mercado que apresenta taxas de crescimento mais baixas, a diferenciação de produtos se torna cada vez mais importante para a competitividade das empresas. As melhorias incrementais

em novos medicamentos, associadas a um custo acessível, parecem ser estratégias factíveis de crescimento”.

Em sintonia com essa visão, o laboratório Aché está decidido a apostar em inovação numa perspectiva global. Segundo seu presidente, Paulo Nigro, o processo de internacionalização da empresa inclui produtos com diferenciação tecnológica e alto valor agregado para os mercados externos. “Esta estratégia, ponta de lança para abrir os mercados estrangeiros, envolve um processo longo e caro que enfrenta a concorrência de grandes empresas globais. Por isso, no cenário ideal, poderia ser feito um esforço conjunto de governo e empresas brasileiras para promover a internacionalização da indústria, com o apoio de linhas de crédito específicas. Cada um deve fazer sua parte, e nós do Aché estamos elevando o patamar de nossos produtos, com ativos inovadores e diferenciados, para não somente exportá-los, como também registrá-los em outros países. Nessa linha, estamos fazendo alianças com empresas globais no desenvolvimento de produtos tecnológicos, a exemplo da recente parceria com a empresa suíça Ferring Pharmaceuticals”.

**DEFENSIVOS AGRÍCOLAS: INDÚSTRIA QUER MAIS FLEXIBILIDADE**

No setor agroquímico, a competitividade brasileira tem sido prejudicada por equívocos na política tributária que desestimulam a produção local. Segundo João Sereno Lammel, conselheiro da Ourofino Agrociência, “o segmento de defensivos agrícolas é gerador de um grande déficit e isto se deve, entre outros fatores, à existência de incentivo tributário para a importação de produtos acabados e prontos para uso em detrimento da indústria local de formulação. O discurso parece repetitivo, mas esse fator desestimula os investimentos no País e, por consequência, mantém a indústria estagnada e sem incentivo para novas expansões. Vemos com preocupação essa situação, que requer uma análise criteriosa dos governantes. O setor já provou ser importantíssimo e estratégico para a economia brasileira, podendo ser ainda mais benéfico quando estimulado”.

Enio Marques, consultor em políticas de defesa agropecuária e ex-titular da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, admite que o governo, nesses últimos anos, “não acertou a mão na combinação das políticas, agravando ainda mais a situação dos agentes econômicos no País, e algumas indústrias abandonaram a produção local”. Como a política industrial e as demais não são coerentes entre si, explica, “as empresas globais que compraram plantas industriais locais e ativos para atender ao mercado brasileiro depois verificaram que o custo de produzir aqui era mais caro do que nas suas fábricas em outras localidades. Uma plataforma tem que trabalhar 24 horas, e quando se trata de atender terceiros países é preciso ter maior grau de liberdade de registrar produtos. No Brasil, mesmo para se exportar um produto, ele tem que estar previamente registrado aqui. Há uma série de

armadilhas e obstáculos nesse processo que fizeram com que as empresas repensassem onde produzir”.

O consultor entende que, a partir da releitura dos acordos vigentes sobre medidas fitossanitárias, é possível fazer uma série de ajustes nas regras atuais que permitam diminuir o tempo de registro, proporcionando assim uma previsibilidade aos processos que hoje não existe. “É um absurdo esperar anos para se aprovar um produto que, às vezes, já é conhecido no mercado”. Na questão do registro de produtos, Marques reconhece que o governo está fazendo essa releitura de alguns anos para cá, “mas será possível avançar mais se houver clareza quanto à caracterização de duas fases importantes: o registro propriamente dito e a vigilância do uso do produto. Essa vigilância é importante para que empresas possam fazer os seus ajustes pontuais, que chamamos de inovação tecnológica incremental. Se tenho um produto, ele está no mercado e precisa de ajustes permanentes, não é razoável esperar cinco anos para fazer isso. Às vezes essa inovação tecnológica no processo ou mesmo no ajuste da forma para a necessidade é até mais relevante do que lançar novos produtos. Então é preciso separar o registro e o pós-registro da atividade de vigilância”.

Para controle e acompanhamento adequados desses processos, é fundamental que eles estejam totalmente informatizados. Hoje, segundo o consultor, a informatização é parcial e os inúmeros sistemas são antiquados e não se falam. “É indispensável informatizar de maneira integrada, permitindo que o agente econômico seja dono da conta e possa depositar no sistema todas as exigências feitas – dossiês, ensaios etc. – pois, no caso dos defensivos, exige-se uma quantidade muito grande de ensaios no que concerne ao meio ambiente, à saúde pública e à própria questão agrônômica. Isso representaria um grande salto de qualidade”. Um salto maior ainda, no entender de Marques, seria a possibilidade de se depositar no sistema o resultado dos testes que demonstram o cumprimento das exigências. “Em vez de colocar o dossiê inteiro, o ideal seria que se colocassem os resultados e o dossiê ficasse disponível para quem quisesse olhar”.

Outra questão que, segundo o consultor, “facilitaria a administração das filas absurdas que temos é a própria empresa cuidar das obrigações relativas aos rótulos e bulas. Isso deveria ser de responsabilidade do agente econômico. Ele entra na plataforma, deposita os rótulos e as bulas dos produtos e vai mudando conforme a necessidade. Hoje existe uma corresponsabilidade do poder público e uma quantidade absurda de pareceres, o que, em minha opinião, é desnecessário. O Brasil deveria usar o princípio da não objeção. O agente cumpre todas as exigências e, havendo objeção da autoridade responsável, ela fica registrada e enseja as providências necessárias”.

Marques entende que, “se o agente econômico tem uma plataforma, se ele deposita no sistema as exigências, e se ele próprio corrige rótulos e bulas, também poderia inse-

rir dados referentes a autocontrole. No lugar de o governo fiscalizar pelos métodos tradicionais, que são caros e falhos, as empresas deverão demonstrar que são capazes de controlar seus processos. Se tudo isso constasse em uma plataforma, o governo teria os alertas e mais facilidade para supervisionar o andamento do autocontrole”.

## **“UMA PLATAFORMA ELETRÔNICA DOTADA DE MECANISMOS DE AUTOCONTROLE PARA OS USUÁRIOS PERMITIRIA QUE A SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA CONTRIBUÍSSE IMENSAMENTE PARA A DESBUROCRATIZAÇÃO DO SISTEMA”**

ENIO MARQUES

Na fase pós-registro, a empresa também faria constar na plataforma o que vem acontecendo durante o uso de seu produto. “É o que chamamos de farmacovigilância. A empresa acompanha a aplicação do produto e deve ter um grau de liberdade para ajustes incrementais – por exemplo, havendo um componente que é mais seguro ou mais barato, ele poderia ser incorporado. Hoje isso não é possível e acarreta um ônus absurdo. Em resumo, uma plataforma eletrônica dotada de mecanismos de autocontrole para os usuários permitiria que a Secretaria de Defesa Agropecuária contribuísse imensamente para a desburocratização do sistema”.

Outra questão que, na opinião de Marques, deveria ser contemplada no contexto de uma política sanitária mais atualizada é a da farmácia mínima adequada. “O que é isso? O Brasil cultiva uma grande variedade de espécies animais e vegetais para consumo humano, e isto exige um permanente monitoramento da ocorrência de pragas e doenças. É preciso ofertar soluções tempestivamente, tanto para as pragas locais quanto para as que possam, eventualmente, migrar de outras regiões para cá. Por exemplo, a gripe aviária entrou no Chile e pode, um dia, acontecer aqui. Para o mercado oferecer essas soluções com a agilidade necessária, o governo tem que ter confiança nos agentes econômicos. A farmácia adequada deve ter uma quantidade razoável de alternativas, pois se houver uma pressão muito grande sobre um único produto cria-se resistência e essa tecnologia, ainda que seja mais recente, pode perder a eficácia”. De acordo com o consultor, a Anvisa é o órgão público mais adiantado no equacionamento desse problema. Já está considerando a questão da não objeção e transferindo responsabilidades para os agentes econômicos, o que representa um avanço significativo. 



Foto: Arquivo Blanver

## DESAFIOS PARA TORNAR A INDÚSTRIA NACIONAL COMPETITIVA INTERNACIONALMENTE

Sergio Frangioni | Diretor-presidente do Grupo Blanver

**H**á muitos anos, o empresariado do setor farmoquímico faz críticas sobre as dificuldades com as quais se depara. Contudo, por serem críticas repetitivas, pode parecer que os representantes do setor estão constantemente reclamando apenas para terem algum tipo de vantagem. Porém, os números da indústria como um todo no Brasil não param de cair e mostram que vamos continuar amargando resultados ruins, caso nada seja feito, principalmente ao comparar a nossa realidade com outras economias no mundo. Se quisermos construir uma indústria forte, não só para atender e proteger nosso mercado interno, como também para competir e ganhar mercado lá fora, precisamos, como nunca, criar um ambiente favorável para fazer negócio no País. Para isso, precisamos debater uma série de desafios que encontramos todos os dias.

Para começar a operar, por exemplo, uma empresa farmoquímica no Brasil, mais especificamente no estado de São Paulo, encontra vários desafios. O primeiro deles refere-se à abertura da empresa. Só para obter a Inscrição Estadual e o CNPJ, o tempo médio é de três meses, sem considerar atrasos causados por situações extraordinárias, como greves. As demais licenças, como do Ibama, da Cetesb, da Anvisa/Sivisa, além das autorizações das Polícias Federal e Civil e do Exército, para o caso de produtos controlados, e da Receita Federal, para operar com comércio exterior, o tempo médio é de quatro meses.

Diante desse cenário, a empresa estaria apta a operar em aproximadamente sete meses, sem contar que as tratativas são realizadas com inúmeros órgãos separadamente, com pouca ou nenhuma integração entre eles. Para poder ilustrar o processo moroso que enfrentamos, a seguir há um exemplo de fluxo-grama de licenças, a partir da concessão do CNPJ e Inscrição Estadual.

Além disso, aqui no Brasil pode parecer que as licenças e documentos fazem parte somente do processo de abertura da empresa. Entretanto, as licenças mencionadas acima precisam de renovação e são atualizadas durante toda a vida de uma empresa, o que resulta em tempo e custos elevados ao longo de sua operação. A meu ver, um dos caminhos para evitar todo esse desgaste é centralizar os controles e licenças em um único órgão, no município ou estado em que a empresa opera, para que o órgão seja o responsável por coordenar, junto a todos os demais órgãos intervenientes, o processo de abertura e acompanhamento da empresa.

Quando comparamos com os Estados Unidos, por exemplo, observo que as exigências lá são iguais ou até maiores que no Brasil, dependendo do estado. Contudo, as tratativas são centralizadas e coordenadas pelo governo de cada estado. O objetivo do estado é atrair empresas para o território local, gerando mais empregos e maior riqueza em sua região. Com essa visão, o estado atua como um facilitador e não como um complicador. Os órgãos trabalham de forma integrada. Para muitas licenças, há um órgão central

que interage com a empresa, bem diferente do caso brasileiro, em que há a necessidade de se falar com diversos órgãos separadamente. Para se conseguir nos Estados Unidos um *Tax ID number*, que equivale ao nosso CNPJ e Inscrição Estadual no Brasil, o tempo médio é de até 30 dias, prazo bem menor que o de São Paulo, que pode chegar a três meses.

Mas os entraves não param por aí. Na medida em que iniciamos a operação, vários outros desafios vão aparecendo. Mesmo com instrumentos financeiros diferenciados para investimentos, como em equipamentos, instalações, construções prediais e desenvolvimentos de novos produtos, o custo financeiro em termos gerais no Brasil ainda é bastante elevado, quando comparado a outras economias. E esse custo prejudica e muito nossa competitividade e inibe o investimento em novos projetos, afetando a geração de inovação no País, além de empregos e o desenvolvimento de novos produtos e tecnologias.

Outro fator que também desestimula o investimento, que afeta igualmente a competitividade do setor produtivo, é a apreciação e a oscilação excessiva do câmbio. Uma oscilação excessiva gera uma imprevisibilidade enorme, causando insegurança no planejamento futuro e, em muitas situações, paralisa nos projetos de investimento. Quando comparamos com a moeda da Índia, por exemplo, além de vermos um câmbio bastante depreciado, vemos uma oscilação

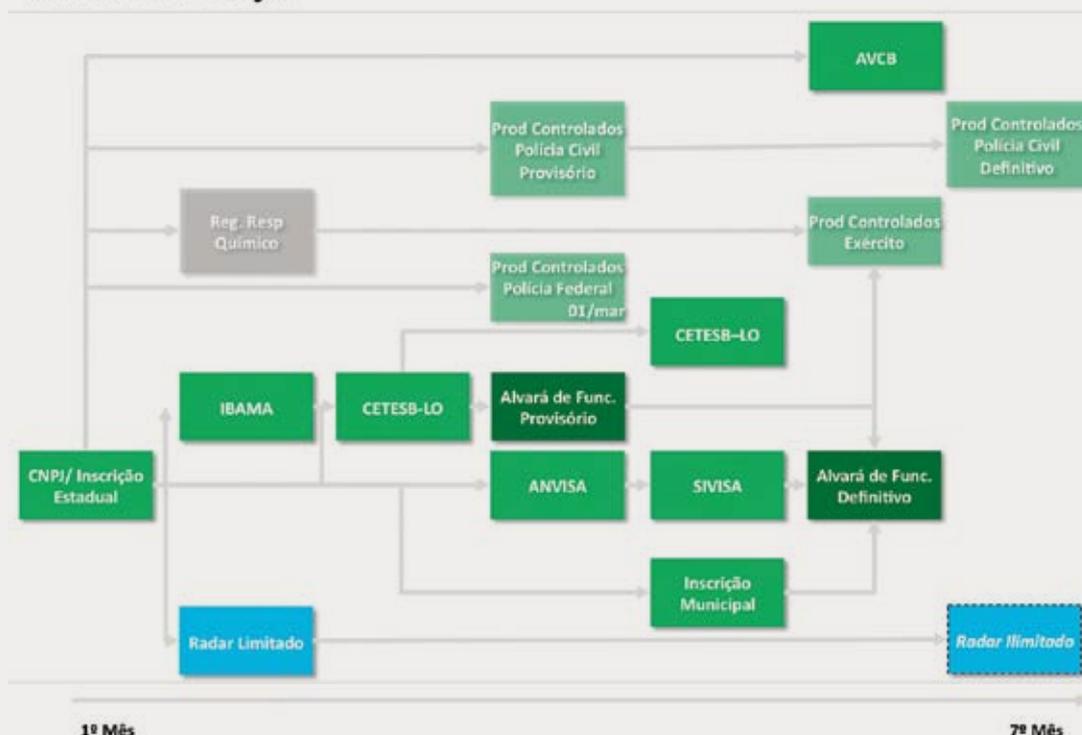
menor e mais linear, comparada à oscilação que acontece no Brasil.

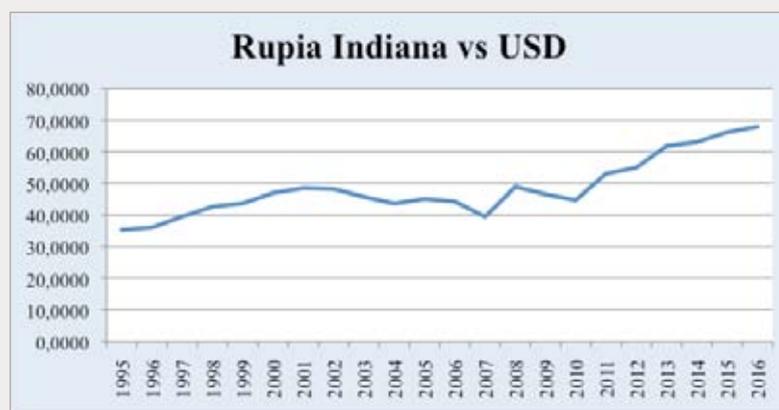
Para exemplificar, adiante segue uma comparação das oscilações do Real (Brasil) e da Rupia (Índia) entre os períodos de 1995 a 2016.

A carga e a complexidade tributária são também fatores críticos relacionados à competitividade no Brasil. O País possui uma das cargas tributárias mais altas do mundo, hoje cerca de 35% do PIB, enquanto na China e na Índia ela é de 18% e 15%, respectivamente. Por aqui são vários os impostos: ICMS, IPI, PIS, Cofins, CSLL, IOF, FGTS, INSS, IR, entre outros. Todos com suas especificidades, como: data de recolhimento, método de apuração e base de cálculo. São necessárias grandes equipes para administrar toda essa engenharia tributária, para que seja possível honrar os pagamentos junto ao governo. Dentro deste tema existe um potencial enorme de melhorias, quando o viés for gerar condições para aumentar a competitividade da indústria brasileira no mundo.

O custo da mão de obra no Brasil também está diretamente relacionado aos tributos. A carga tributária e os benefícios incidentes sobre a folha salarial chegam a mais que dobrar o custo do colaborador para a empresa. Ouvimos constantemente a necessidade de uma reforma tributária, mas na prática o que ocorre é um aumento da carga dos tributos.

### MAPA DE LICENÇAS





Fonte: Banco Central do Brasil (2017)

Um fator importante relacionado à deterioração mais acentuada dos preços no mercado brasileiro tem sido a abertura indiscriminada para matérias-primas de diferentes procedências. As agências norte-americana *Food and Drug Administration* (FDA) e a europeia *European Medicines Agency* (EMA) aceitavam, no passado, documentos rígidos e inspeções agendadas para comprovar as boas práticas. Foi, porém, somente com a abertura de escritórios do FDA nas regiões de origem desses produtos que passou a existir um monitoramento frequente e foi possível constatar de fato as empresas que seguiam as regras à risca. E a partir desse processo, várias companhias foram desqualificadas por não conformidade com os requisitos obrigatórios de boas práticas.

O Brasil também deveria praticar um sistema de qualificação técnica como ocorre em outros mercados, como no Japão e nos Estados Unidos. Na China, por exemplo, existem barreiras técnicas que avaliam as matérias-primas para os produtos farmacêuticos, sendo necessário o registro da matéria-prima no órgão regulatório local, o que leva até três anos para que o produto esteja aprovado e apto para poder ser comercializado. No Brasil, já tivemos iniciativas relevantes, como a criação de regras específicas para o registro de alguns Insumos Farmacêuticos Ativos

(IFAs). Como próximo passo, a sugestão é expandir a relação de produtos que devem ser registrados no País e somente permitir o ingresso de insumos que atenderem aos critérios de exigência solicitados pela agência reguladora brasileira, a Anvisa. A iniciativa, além de ser fundamental até por uma questão de saúde pública, irá proporcionar maior qualidade e segurança aos produtos farmacêuticos.

E por fim, porém não menos importante, a questão dos Acordos Internacionais de Livre Comércio. A retirada do Brasil do grupo de países que se beneficiavam do SGP Europeu (Sistema Geral de Preferências) foi um retrocesso à indústria brasileira. Nossos produtos passaram a ser tributados na Europa em mais de 6%. Em outras palavras, nosso produto passou a custar mais caro para o cliente europeu, o que resultou em perda de competitividade e de mercado. Sem dúvida, se estivessemos inseridos e mais integrados à economia mundial, mediante acordos de livre comércio com outros países, nossa saída para a crise atual poderia ser facilitada via exploração do mercado externo, já que a economia local não tem tido fôlego para sair sozinha da crise, dado todos os fatores negativos, como: crise fiscal e falta de recurso para investimento, desemprego alto, crédito caro e escasso, e queda na renda. 

# OMC, INCENTIVOS E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

Roberto Nicolisky | Diretor Presidente da Protec

Foto: André Têlles



**L**m um relatório de painel da OMC, elaborado por iniciativa da União Europeia e do Japão, o Brasil deverá ser condenado minimamente ao cancelamento de diversos incentivos fiscais, tais como o Inovar-Auto. Mas, possivelmente, isso poderá se estender aos incentivos da Lei de Informática e outros que não estejam enquadrados entre os admitidos nos acordos dessa entidade.

Ora, entre os poucos incentivos fiscais aceitos pela OMC, porque também são utilizados pelos países ricos, estão aqueles destinados aos investimentos de risco em desenvolvimento tecnológico de inovações industriais. Em outras palavras, o Capítulo III da chamada Lei do Bem (nº 11.196/2005). Esses incentivos foram, em verdade, criados na Lei da Mi-

nirreforma Tributária (nº 10.637/2002, artigos 39/40 e 42/43), por proposta da Protec, e depois desdobrados nos dez artigos do Capítulo III, com redução dos percentuais de benefício (de 100% para 60%).

Esses incentivos fomentam o investimento no desenvolvimento tecnológico, mitigando o seu risco, que é intrínseco à agregação de melhorias e funcionalidades a produtos e processos. Esse procedimento é amplamente utilizado pelas empresas dos países que dominam o mercado internacional. Aliás, o dominam porque investem continuamente em inovações industriais, renovando os seus produtos.

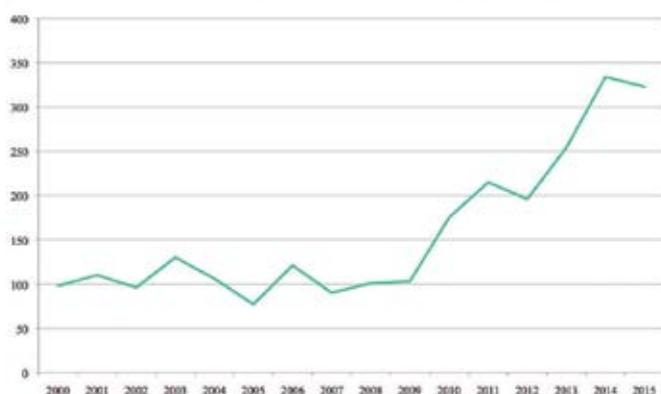
As alíquotas da Lei do Bem, porém, estão longe do limite aceito pela OMC, que é de 75%. Seu máximo possível é de apenas 34%, mas em média apenas 17% do investimento no desenvolvimento de inovações industriais vêm sendo recuperados. Além disso, a restrição de somente se aplicar a empresas que este-

jam no regime de apuração de lucro real (grandes empresas) faz com que venha sendo utilizada por cerca de apenas 1.200 companhias.

O resultado do estímulo da Lei do Bem pode ser avaliado pelas patentes brasileiras no mercado norte-americano, conforme dados do USPTO (sigla em inglês do Escritório de Patentes Americano), que cresceram de 103 em 2009 para 323 em 2015. O êxito desse incentivo mostra que o compartilhamento do risco tecnológico de inovações industriais entre empresa e Estado é o estímulo fundamental.



Patentes do Brasil no USPTO neste século XXI



# PAINEL DO ASSOCIADO



## CENTROFLORA INCENTIVA A SUSTENTABILIDADE NA CADEIA PRODUTIVA

*O Grupo Centroflora agora é signatário do Compromisso dos Negócios e Biodiversidade (Business and Biodiversity Pledge), uma iniciativa do Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) lançada em dezembro de 2016, no México. O objetivo do acordo, que já inclui mais de 100 instituições, é incentivar ações contra a perda da biodiversidade e a degradação dos ecossistemas.*

Fundado em 1957, em São Paulo, o Grupo Centroflora atua no desenvolvimento e comercialização de extratos vegetais para os segmentos de cuidados pessoais, nutrição e saúde, com presença em mais de 70 países. O Grupo trabalha com cerca de 1200 colhedores no manejo sustentável de áreas nativas e quase 100 agricultores no cultivo de espécies da biodiversidade. Isso significa que a empresa beneficia mais de mil famílias todos os anos.

Tendo a sustentabilidade no centro da estratégia de negócio, o Grupo Centroflora reforça, com a assinatura do documento, ações já adotadas principalmente em dois pilares.

Quanto à conservação e uso sustentável da biodiversidade, a empresa mantém parcerias de longo prazo com agricultores familiares e comunidades extrativistas para cultivo e coleta de ingredientes naturais. Também implanta planos de manejo e promove a agricultura orgânica.

Para garantir a repartição equitativa de benefícios, a Centroflora oferece apoio técnico para os fornecedores parceiros e, junto com os clientes, desenvolve projetos visando a melhorias de infraestrutura ou outras demandas locais. Acima de tudo, estabelece negociações transparentes e pagamento de preços justos.



## NORTEC INVESTE EM INOVAÇÃO E QUALIDADE

*A Nortec Química finalizou o ano de 2016 com boas notícias. Uma delas foi o recebimento do Prêmio Kurt Pulitzer de Tecnologia 2016, oferecido pela Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim) durante a 21ª edição do Encontro Anual da Indústria Química (Enaiq), em São Paulo. A iniciativa reconhece projetos de inovação tecnológica no setor que demonstrem inventividade e criatividade.*

A Nortec foi premiada na categoria Empresa com o projeto “Inovação na Fronteira do Conhecimento”, em parceria com o Instituto de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O estudo visa ao desenvolvimento pioneiro da síntese da capecitabina (farmoquímico usado para tratamento de câncer de mama, cólon e reto, e gástrico). A proposta é usar a tecnologia de fluxo contínuo, com o objetivo de maximizar a produtividade do processo, reduzindo custos operacionais e aumentando a preservação ambiental.

Outra novidade é que a empresa iniciou os últimos testes para inaugurar, ainda em março deste ano, duas novas plantas: uma para fabricar produtos de médios volumes e escalar protótipos (*scale up*), e outra destinada a duplicar a capacidade de fabricação de produtos de grande volume. As obras, no valor de R\$ 80 milhões, fazem parte de um plano de modernização abrangente, que inclui também treinamento contínuo do corpo funcional com consultores do Brasil e do exterior, investimento em equipamentos e infraestrutura de laboratórios de pesquisa, e acompanhamento das normas regulatórias.

Graças a esse conjunto de empreendimentos que vêm sendo realizados, a Nortec obteve o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF), de acordo com a publi-

cação no Diário Oficial da União de 26 de dezembro de 2016. A empresa foi certificada pela primeira vez em 2002, no mesmo ano em que o BNDESPar se tornou seu acionista.

“Conferido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o CBPF é o reconhecimento da aderência da Nortec ao elevado padrão regulatório vigente no Brasil e legitima a credibilidade da empresa”, afirma Marcus Soalheiro, diretor superintendente da Nortec.

Atualmente, o CBPF da Anvisa tem validade nos mercados altamente regulados da Europa, simplificando os trâmites de entrada dos produtos nacionais. Isso porque a agência brasileira é reconhecida pela Agência Regulatória Europeia e integra o *International Council on Harmonization* (ICH), entidade que busca harmonizar globalmente os requerimentos técnicos de qualidade para medicamentos de uso humano.

A empresa também aponta resultados positivos na auditoria da Organização para a Proibição de Armas Químicas (Opaq), tendo sido aprovada pela maneira técnica e responsável com que emprega, em seus processos sintéticos integrados, substâncias sujeitas ao controle internacional. 



## NOVOS MERCADOS PARA A OUROFINO AGROCIÊNCIA

PARCERIAS E INVESTIMENTOS EM PRODUTOS E TECNOLOGIA FOMENTAM A PARTICIPAÇÃO DA EMPRESA NO AGRONEGÓCIO NACIONAL

**R**eferência no segmento de defensivos agrícolas, a Ourofino Agrociência está em seu sexto ano de história oferecendo soluções efetivas para a lavoura e os produtores brasileiros. Com alto reconhecimento, a empresa não para de investir, inovar e ampliar a sua participação no mercado.

A mais recente novidade é o ingresso no segmento de biológicos por meio de um acordo de cooperação com a Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia. Assinada em dezembro, a parceria tem como objetivo desenvolver uma nova linha de produtos como bioinseticidas, bioherbicidas, biofungicidas, entre outros.

“A Ourofino Agrociência será a contraparte da Embrapa na formulação de produtos biológicos para que cheguem rápido ao mercado e com capacidade de atender às necessidades dos produtores nacionais de forma sustentável”, destaca Norival Bonamichi, presidente da Ourofino Agrociência, que reforça ainda a importância do manejo integrado de pragas (MIP).

O acordo de cooperação biológica encurtará o caminho entre laboratório e campo e tem como proposta transformar ciência em riqueza para o agronegócio. Para isso, a empresa brasileira desenvolverá formulações adequadas à condição climática local, que registra altas

temperaturas e grande pressão de pragas e doenças, além de insolação e outros fatores característicos que fazem do Brasil um país único.

“Além de oferecer produtos nacionais com características nativas e efetivas, entramos nesse mercado pelo crescimento exponencial dos últimos anos”, diz Norival. De acordo com dados da Dunham Trimmer (*Farm Chemicals International*), o mercado de biológicos cresceu entre 2007 e 2015 mais de 300%, avaliado em cerca de US\$ 2 bilhões. No Brasil, o segmento correspondia em 2014 a US\$ 113 milhões, segundo a Associação Brasileira das Empresas de Controle Biológico (ABCBio).

### VELPAR K E ADVANCE

Paralelamente, a Ourofino Agrociência cresce também no setor canavieiro. Recentemente, a empresa incrementou o portfólio com a compra de quatro marcas de herbicidas para a cana-de-açúcar. Entre as soluções envolvidas no negócio estão o Velpar K, o Advance, bem como seus clones comerciais, Confidence e Rancho, em um acordo que prevê a produção e comercialização exclusiva dos produtos.

A estratégia busca o protagonismo no segmento canavieiro e a aquisição possibilita ampliar o acesso

a um dos principais mercados do agronegócio brasileiro. O Velpar K é um produto de destaque no setor sucroenergético há mais de 35 anos, ocupando a liderança no mercado de herbicidas para a cultura. “A solução apresenta elevada seletividade para a cana, qualidade da formulação WG [termo utilizado para o tipo de formulação em grânulos dispersíveis] e flexibilidade no manejo integrado de plantas daninhas”, destaca Luciano Galera, diretor de Marketing, Pesquisa e Desenvolvimento da Ourofino Agrociência.

## INVESTIMENTOS

Hoje, a fábrica da Ourofino Agrociência é considerada uma das mais modernas do mundo no segmento de defensivos agrícolas. Instalada em uma área de 50 mil m<sup>2</sup>, no cinturão químico do triângulo mineiro, a planta possui capacidade de produção de 120 milhões de litros por ano.



Entre 2015 e 2016, o complexo industrial recebeu investimento de aproximadamente R\$ 43 milhões para aumentar as operações e a capacidade de produção. Uma das áreas contempladas foi a Unidade de Formulação Destinada à Suspensão Concentrada, que ampliou a fabricação de 40 mil litros/dia para 100 mil litros/dia, a fim de atender à demanda interna e incrementar a produtividade da empresa e de terceiros.

Já neste ano, a empresa inaugurará a Planta de Grânulos Dispersíveis para Herbicidas, com capacidade de

produção de 8 milhões de quilos/ano. O espaço obteve R\$ 12 milhões em investimentos e será responsável pela formulação de novos produtos.



O presidente ressalta que o rápido desenvolvimento se deve à experiência dos colaboradores, atentos aos detalhes e necessidades de toda a cadeia produtiva e também à qualidade da produção. “É uma união de fatores. Estamos presentes no campo, trabalhando lado a lado com os produtores e, assim, conseguimos obter soluções efetivas para a demanda nacional. Na indústria, lidamos com os melhores profissionais para elaborar e renovar o portfólio e oferecer soluções com tecnologia de ponta aplicada”, diz.

Inovação aliada à qualidade são os princípios que movem a Ourofino Agrociência, e a contribuição para o crescimento do mercado nacional é permanente. A modernidade e o diferencial dos ativos são sentidos no dia a dia pelos agricultores nacionais. “A principal característica da Ourofino Agrociência é a inovação. Trabalhamos com alta tecnologia e procuramos evoluir sempre para ofertar as melhores soluções para as culturas”, reforça Norival Bonamichi.

Como consequência, a Ourofino Agrociência cresce em *market share* e faturamento. Em 2015, a receita da empresa subiu 63% frente a 2014, atingindo um faturamento líquido de R\$ 468 milhões, EBTIDA de R\$ 66,7 milhões (14,2% da receita líquida) e um lucro final de R\$ 28,1 milhões (6% da receita líquida). Além da eficiência dos produtos e reconhecimento do mercado, para atingir esse resultado, algumas ações foram tomadas, tais como a mudança da estratégia de vendas, focando em diluição de custos fixos, melhorias de processos, redução de despesas, bom relacionamento com clientes e redução de necessidade de capital de giro.

Atualmente a Ourofino Agrociência possui 23 produtos em comercialização, entre herbicidas, fungicidas e inseticidas. Para 2017, mais dez formulações inovadoras estão previstas, além de parcerias tecnológicas e diferenciadas para a agricultura brasileira. 

# ABIFINA EM AÇÃO

## ANVISA REESTRUTURA FILAS DE PETIÇÕES DE MEDICAMENTOS

A Gerência-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (GGMED/Anvisa) está realizando uma série de iniciativas visando a melhorar e acelerar a análise de processos. As novidades vão desde a implantação de um sistema de gestão da qualidade, passando pelo teletrabalho para aumentar a produtividade, até a publicação de um edital para desistência de registros de genéricos e similares, que conseguiu tirar da fila cerca de 200 expedientes. Porém, uma das mudanças mais importantes foi a reestruturação das filas de petições que aguardam análise da GGMED.

Conforme a gerente-geral Patrícia Andreotti apresentou ao Comitê Farmo da ABIFINA no dia 27 de janeiro, na sede da entidade, a alteração contemplou normas publicadas no ano passado, incluindo novas subdivisões e temas nessas filas de análise.

Por exemplo, da fila “Genérico, Novos e Similares” foi separada uma mais específica, de “Genéricos, Novos e Similares – Fármaco”. Com o objetivo de dar transparência ao trabalho da Anvisa, as filas podem ser consultadas no site.

Para a analista técnica da ABIFINA Marina Moreira, a reestruturação da fila de análise permite reduzir a espera pela concessão do registro e verificar os gargalos da Anvisa na avaliação.



## Tempo para análise

Considerando a nova estrutura das filas de análise, a Anvisa calculou o tempo que levou, em média, para publicar as petições examinadas em 2016. O tempo das filas relacionadas a novos assuntos ainda não foi estimado, o que deve ser feito no próximo mês de julho.

	FILA	TEMPO MÉDIO
REGISTRO	Biológicos	543 dias
	Clones	490 dias
	Dinamizados	1135 dias
	Dispensa de registro de IFA	-
	Específicos	700 dias
	Fitoterápicos	793 dias
	Genéricos e similares	1286 dias
	Inovadores	1224 dias
	Insumos Farmacêuticos Ativos	557 dias
	Novos	734 dias
	Radiofármacos	507 dias
RÓTULOS E NOMES COMERCIAIS	Alteração da categoria de venda	-
	Nome comercial	147 dias
	Rotulagem	953 dias
PÓS-REGISTRO	Biológicos	552 dias
	Biológicos - menor complexidade	301 dias
	Dinamizados	1169 dias
	Dinamizados - menor complexidade	130 dias
	Específico - extensão de linha	442 dias
	Específicos	631 dias
	Específicos - com prazo de análise	38 dias
	Específicos - menor complexidade	112 dias
	Fitoterápicos	835 dias
	Fitoterápicos - com prazo de análise	258 dias
	Fitoterápicos - menor complexidade	159 dias
	Genéricos e similares	1070 dias
	Genéricos e similares – extensão de linha	952 dias
	Genéricos, novos e similares – Administrativo	273 dias
	Genéricos, novos e similares – com prazo de análise	58 dias
	Genéricos, novos e similares - fármaco	863 dias
	Genéricos, novos e similares - implementação imediata	258 dias
	Genéricos, novos e similares – menor complexidade	560 dias
	Insumos Farmacêuticos Ativos	276 dias
	Novos	1206 dias
Radiofármacos	-	
Segurança e Eficácia	854 dias	

Fonte: <http://portal.anvisa.gov.br/fila-de-analise>



## Comitê Farmo inicia 2017 com análise de consultas públicas

A ABIFINA encaminhou em fevereiro para a Anvisa as considerações dos associados para a Consulta Pública (CP) nº 270, que trata das boas práticas em células para uso terapêutico e pesquisa clínica. A futura resolução estabelecerá requisitos técnicos e sanitários para o funcionamento dos centros de processamento celular e também definirá critérios que os centros deverão seguir para fornecer células e produtos de terapias avançadas, garantindo a qualidade e a segurança para o paciente.

Ainda no primeiro bimestre de 2017, o Comitê Farmo discutiu, no segmento farmacêutico, a CP nº 285 (produtos de degradação em medicamentos), que irá alterar os prazos relacionados à Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 53/2015. Para a Anvisa, a falta de alinhamento com o entendimento do ICH e a alta demanda de trabalho em pós-registro de medicamentos resultaram na CP.

No segmento farmoquímico, o grupo técnico discutiu sugestões para o Guia Desenvolvimento e Manufatura de Insumos Farmacêuticos Ativos (Q11), do *International Council for Harmonisation* (ICH). O edital teve como objetivo coletar a percepção do setor produtivo brasileiro sobre o documento de Perguntas e Respostas do Q11, apontando as dificuldades ou facilidades trazidas com a publicação do documento. Com a finalização das contribuições, a Anvisa levará este posicionamento para o ICH, representando com isso a posição da indústria brasileira.

Já em março, os associados da ABIFINA da área farmacêutica deram início ao processo de revisão da RDC nº 71/2009, que estabelece regras para a rotulagem de medicamentos. A ABIFINA, a convite da agência, está revisando a RDC para auxiliar na preparação da consulta pública.

## MERCOSUL E UNIÃO EUROPEIA BUSCAM ACORDO DE LIVRE COMÉRCIO

A Coalizão Empresarial Brasileira discutiu no dia 21 de fevereiro, na sede da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em São Paulo, as negociações entre Mercosul e União Europeia quanto a um acordo de livre comércio. A ABIFINA acompanhou os debates.

De acordo com o embaixador Ronaldo Costa, negociador-chefe pelo lado brasileiro presente na reunião, no que se refere à cadeia da química fina estarão excluídos da oferta do Brasil todos os aspectos que possam ferir a política de desenvolvimento produtivo do Ministério da Saúde.

No capítulo de propriedade intelectual, a posição brasileira é oferecer nada além do que já está em TRIPS e na Lei de Propriedade Industrial, relata o 2º vice-presidente da ABIFINA, Reinaldo Guimarães, que participou do encontro.

Na avaliação de Guimarães, é possível perceber um aumento nas expectativas da União Europeia para que o acordo seja concluído em 2017, uma vez que o bloco pleiteou seis reuniões de negociação para este ano.

Porém, os negociadores europeus reconhecem a dificuldade de se chegar a um desfecho, entre outras razões pelo futuro político ainda nebuloso na região diante das próximas eleições na França e na Alemanha. A próxima rodada de negociações será realizada em Buenos Aires no final de março.

Em conversas anteriores, a União Europeia chegou a ofertar 100% de seu mercado de produtos industriais. Porém, não se chegou a um acordo quanto ao mercado agropecuário, ponto mais sensível para as duas partes.

## LICENÇA COMPULSÓRIA AGORA É VÁLIDA PARA EXPORTAÇÃO DE MEDICAMENTOS

Uma emenda ao Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPs, na sigla em inglês) criou respaldo legal para que as nações mais pobres possam ter acesso a produtos farmacêuticos em situações como crise sanitária ou desabastecimento. Agora os participantes do acordo podem emitir licença compulsória para produzir e exportar medicamentos genéricos para ajudar outros países que não tenham condições de fabricar os próprios produtos.

A medida vale desde 23 de janeiro de 2017, quando dois terços dos membros da Organização Mundial do

Comércio (OMC) aceitaram um protocolo de 2005 que altera TRIPs. Antes, a licença compulsória só era permitida para uso do medicamento no mercado interno.

“Essa é uma medida positiva, não do ponto de vista de mercado e sim da solidariedade internacional. Ela permite o acesso a medicamentos em nações que não têm condições de fazê-lo e amplia o equilíbrio entre interesse público e privado”, opina o 2º vice-presidente da ABIFINA, Reinaldo Guimarães.

## REGULATÓRIO SANITÁRIO DO SETOR AGROQUÍMICO PROMETE AVANÇOS

A demora para a obtenção de registro e pós-registro sanitário é um dos entraves não só comerciais, como para a inovação no setor agroquímico. A partir do diálogo constante com o setor regulado, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) planeja ações para atacar o problema. A gerente-geral de Toxicologia (GGTOX) da Anvisa, Meiruze Freitas, reuniu entidades do setor no dia 24 de janeiro, em Brasília, para apresentar os principais resultados de 2016 e as perspectivas para 2017.

A analista técnica da ABIFINA Fernanda Costa esteve na reunião e avalia que a aproximação da Anvisa com o setor regulado tem auxiliado a troca de experiências entre as entidades e a agência, inclusive na maior previsibilidade das ações. “Os projetos apresentados pela Anvisa impactam diretamente as empresas e se faz necessário o debate para que as partes analisem os prós e os contras de cada ação, a fim de se chegar a um ponto comum”, afirma.

No encontro, Meiruze explicou que a normativa de simplificação, que esteve recentemente em consulta pública, poderá ajudar a diminuir a fila. Também contribuirá para isso o edital de requerimento de informações, que possibilitará desistências de processos.

A proposta da Anvisa é que os processos com desistência sejam substituídos pelos próximos processos da mesma empresa na fila. A norma valerá para produtos formulados e técnicos, e reforçará a medida já tomada pela agência no ano passado de criar um código para desistência de petição/processo a pedido.

Outra importante iniciativa da agência em 2017 será a publicação do Manual do Parecer de Análise Técnica da Empresa (Pate) para fins de avaliação toxicológica. Os modelos disponibilizados no manual serão recomendações da Anvisa, podendo ser aceitas abordagens diferentes, desde que contemplem o previsto na legislação sanitária e em bases científicas.

### Mapa também divulga prioridades do ano

João Sereno Lammel, vice-presidente da ABIFINA para o segmento Agroquímico, participou de reunião no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) no dia 31 de janeiro, em Brasília.

O assessor especial da pasta, Sergio de Marco, conduziu a reunião e apontou as melhorias previstas na área regulatória. Entre as prioridades, estão a adoção de um sistema eletrônico para acompanhamento dos processos, medidas para desburocratização, definição de novas prioridades (como alvos biológicos para registro) e envolver mais servidores na análise de processos por meio de trabalho remoto.

O setor espera que o Mapa consiga implantar as melhorias de forma a agilizar o processo de registro e aumentar a oferta de produtos no mercado com competitividade.

## GRUPOS DE TRABALHO DO GECIS INICIAM ATIVIDADES

A ABIFINA integra os cinco grupos de trabalho (GTs) criados pelo Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde (Gecis) para subsidiá-lo com propostas de ações. A primeira reunião plenária dos GTs foi no dia 2 de fevereiro, em Brasília. Participaram pela ABIFINA o 2º vice-presidente, Reinaldo Guimarães, e o vice-presidente de Biotecnologia, Akira Homma, além de todos os representantes titulares e suplentes da entidade.

O diretor do Departamento de Inovação e do Complexo Industrial da Saúde do Ministério da Saúde (Deciis/MS), Rodrigo Silvestre, apresentou o regimento interno, além do cronograma e plano de trabalho dos grupos.

Os GTs são compostos por um representante titular e um suplente indicados por órgãos de governo e entidades de representação que compõem o Gecis. A Secretaria Executiva dos grupos está a cargo do Deciis/MS. Os resultados dos GTs serão submetidos à deliberação do Gecis e publicados no site do Ministério da Saúde ou no Diário Oficial da União.

No início de março, os representantes da ABIFINA participaram da primeira reunião operacional dos GTs.

### Temáticas dos GTs

- 1• Revisão do marco regulatório do Complexo Industrial da Saúde
- 2• Tributos e relações bilaterais no âmbito do Complexo Industrial da Saúde
- 3• Acompanhamento do Plano de Expansão da Radioterapia no SUS
- 4• Propriedade Intelectual
- 5• Rotas tecnológicas portadoras de futuro

# RÁPIDAS

## DESAFIOS REGULATÓRIOS

O Conselho Administrativo da ABIFINA iniciou os trabalhos do ano discutindo os desafios regulatórios para o complexo industrial da química fina brasileira. O convidado da primeira reunião, no dia 15 de fevereiro, no Rio de Janeiro, foi Ivo Bucaresky, ex-diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Para ele, é preciso analisar o regulatório sanitário sob dois aspectos: o impacto na indústria nacional e como barreira não tarifária nas negociações internacionais.

## SUPERAR OS ENTRAVES

A anuência prévia da Anvisa em pedidos de patentes foi tema de audiência da ABIFINA com o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), no dia 6 de fevereiro, no Rio de Janeiro. O presidente do INPI, Luiz Pimentel, e a diretora substituta de Patentes, Liane Lage, receberam os vice-presidentes da entidade, Nelson Brasil e Reinaldo Guimarães. O grupo também debateu a demora nas publicações do Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT) e as regras para averbação de contratos de tecnologia.

## MAPA DA INDÚSTRIA

O presidente da ABIFINA, Ogari Pacheco, e o diretor de Relações Institucionais, Odilon Costa, participaram da reunião do Fórum Nacional da Indústria, no dia 17 de fevereiro, em São Paulo. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostrou o Mapa Estratégico 2017-2022 e os temas prioritários para este ano. A reunião também validou a pauta mínima da Agenda Legislativa 2017, que teve contribuições da ABIFINA, selecionadas a partir dos principais projetos que impactam os setores que a entidade representa.

## POSSE 1

A primeira mulher presidente da Fiocruz, Nísia Trindade Lima, assumiu o cargo no dia 10 de fevereiro, em Manginhos, no Rio de Janeiro. O 2º vice-presidente da ABIFINA, Reinaldo Guimarães, e o diretor de Relações Institucionais, Odilon Costa, acompanharam a cerimônia. “A posse de Nísia representa uma comprovação definitiva da importância da Fiocruz no Rio de Janeiro, no Brasil e no mundo”, avalia Guimarães.

## POSSE 2

Com a presença do presidente da República, Michel Temer, a nova diretoria da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA) tomou posse no dia 14 de fevereiro, em Brasília. O vice-presidente do Segmento Agroquímico da ABIFINA, João Sereno Lammel, prestigiou a cerimônia, além de Norival Bonamichi e a diretora Thais Clemente, da associada Ourofino Agronegócio. A nova diretoria, com mandato de dois anos, tem como presidente o deputado Nilson Leitão (PSDB-MT), que sucede o deputado Marcos Montes (PSD-MG).

## PROPRIEDADE INTELECTUAL

Depois do primeiro encontro de 2017 no dia 1º de fevereiro, o Comitê de Propriedade Intelectual e o Grupo de Apoio Jurídico (GAJ) se reuniram em 6 de março. O Comitê recebeu a analista de patentes da Anvisa Jussanã Abreu, que apresentou sua tese de doutorado sobre prospecção tecnológica. O GAJ, por sua vez, apresentou a renovação do Contrato GAJ 2017 e o relatório de atividades.

# Compromisso social

*A fórmula do nosso orgulho.*



*A favor da saúde*



[www.far.fiocruz.br](http://www.far.fiocruz.br)



MINISTÉRIO DA  
**SAÚDE**



COMPROMISSO COM A  
INOVAÇÃO  
COMPROMISSO COM A  
VIDA

Uma empresa nacional, com equipes dedicadas continuamente à evolução, somos conhecidos por nossas inovações e pela relação com o mercado global.

Por meio do desenvolvimento interno e parcerias estratégicas, contribuimos com o avanço do setor farmacêutico.

**A busca por inovação é o que move a Biolab.**

**biolab**   
EVOLUIR É VITAL

[www.biolabfarma.com.br](http://www.biolabfarma.com.br)